CÂMARA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

Estado de São Paulo

R E S O L U Ç Ã O Nº 111

Dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Tremembé.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto-Lei Complementar nº 9, de 31 de dezembro de 1969 - LEI ORGÂNICA DOS MUNICIPIOS, faz saber que a Câmara Municipal aprova e ela promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

TITULO I

CAPITULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

ARTIGO 1º - A Câmara Municipal de Tremembé é o órgão legislativo do Município e se compõe de Vereadores eleitos na / forma da legislação vigente.

ARTIGO 2º - A Câmara Municipal de Tremembé tem sua sede na Rua Senhor Bom Jesus, nº 145, em Tremembé, onde se realizarão suas sessões, reputando-se nulas as que se realizarem fora dela.

§ 1º - Na sede da Câmara Municipal não se realizarão atos estranhos à sua função, sem prévia autorização da presidência, despachada no próprio requerimento de cessão.

§ 2º - Somente nos casos devidamente verificados pelo Juiz de Direito da Comarca, de comprovada impossibilidade de acesso ao recinto da Câmara ou outra causa que impeça a sua utilização, / poderá a Câmara realizar suas sessões em outro local, que será expressamente designado no auto da verificação da ocorrência aqui / previsto.

§ 3º - As sessões solenes poderão ser realizadas fora do recinto da Câmara.

ARTIGO 3º - A Câmara Municipal tem funções precipuamente legislativas e exerce atribuições de fiscalização, controle

e colaboração relativamente aos atos do Prefeito e, no que lhe compete exclusivamente, pratica atos de administração interna.

§ 1º - A função legislativa consiste em elaborar leis referentes' a todos os assuntos de competência do Município.

§ 2º - A função de fiscalização e controle, de caráter político - administrativo, atinge apenas agentes político-administrativos do Município.

§ 3º - A função de colaboração consiste em indicar medidas de interesse público ao órgão executivo do Município.

§ 4º - A função administrativa se restringe à sua organização interna, à regulamentação de seu funcionalismo e à estruturação e direção de seus serviços auxiliares.

ARTIGO 4º - A Câmara Municipal corresponder-se-á:

I - por intermédio da Mesa nas representações aos poderes e às autoridades do Estado e da União, bem como nas relações com o órgão executivo do Município;

II - por intermédio do Presidente e do Secretário, / quanto aos papéis de expediente.

CAPITULO II

DA SESSÃO DE INSTALAÇÃO

ARTIGO 5º - A Câmara Municipal instalar-se-á em 1º de fevereiro / do primeiro ano de cada legislatura, em sessão solene de instalação, independente de número, sob a presidência do Vereador mais votado dentre os presentes.

ARTIGO 6º - Os Vereadores presentes serão empossados pelo Vereador mais votado dentre os presentes, após desincompatibilização e declaração pública de bens, prestando compromisso nos seguintes termos:

" PROMETO EXERCER COM DEDICAÇÃO E LEALDADE O MEU MANDATO RESPEITANDO A LEI E PROMOVENDO O BEM GERAL DO MUNICIPIO."

Parágrafo Único - Na hipótese de a posse não se verificar no dia previsto neste artigo, deverá ela ocorrer dentro do prazo de 15 (quinze) dias, salvo motivo justo, aceito pela

Câmara.

ARTIGO 7º - Empossados os Vereadores presentes, o Vereador mais votado dentre os presentes, empossará o Prefeito e o Vice-Prefeito, após desimcompatibilização e declaração pública de bens, prestando o compromisso constante do artigo anterior.

Parágrafo Único - Se decorridos 10 (dez) dias da data fixada para a posse ou da abertura da vaga, quando convocado, ou da proclamação no caso de nova eleição, o Prefeito e o Vice-Prefeito, não tiverem comparecido para se empossarem nos cargos, salvo motivo justo aceito pela Câmara, estes serão declarados vagos pelo Plenário, que oficiará à Justiça Eleitoral, solicitando as providências legais.

ARTIGO 8º - Imediatamente depois da posse, os Vereadores reunir-se-ão, sob a Presidência do mais votado dentre os / presentes e, havendo maioria absoluta dos membros da Câmara, elegerão os componentes da Mesa, que ficarão automaticamente empossados.

Parágrafo Único - Não havendo número suficiente para a Sessão, o Vereador mais votado dentre os presentes, assumirá a presidência e convocará sessões diárias até que seja eleita a Mesa.

CAPITULO III

DA ELEIÇÃO DA MESA

ARTIGO 9º - A eleição para renovação da Mesa realizar-se-á sempre no primeiro dia da terceira Sessão Legislativa , considerando-se automaticamente empossados os eleitos.

§ 1º - A eleição da Mesa far-se-á por maioria simples de votos , cargo por cargo, começando pelo do Presidente, desde que presente a maioria absoluta dos membros da Câmara.

§ 2º - Se qualquer dos candidatos não alcançar a maioria simples proceder-se-á o segundo escrutínio, ao qual concorrerão / os dois candidatos mais votados no primeiro, ou todos os Vereadores, no caso de só haver sido sufragado um para o cargo em votação.

§ 3º - No caso de empate no segundo escrutínio, disputarão o cargo por sorteio (Art. 9º, "a", L.O.M.).

§ 4º - Realizar-se-á novo escrutínio, podendo concorrer qualquer Vereador, se os dois candidatos mais votados desistirem /

de concorrer ao pleito, por escrito e perante a Mesa.

§ 5º - Entende-se por maioria absoluta o número inteiro imediatamente superior à metade do número total de Vereadores integrantes da Câmara.

ARTIGO 10 - A votação se processará mediante voto secreto, em cédula separada, impressa, datilografada ou mimeografada, para cada cargo, com a indicação deste e o nome do votado, sendo nulo o voto que não trouxer qualquer destas exigências ou não / corresponder ao cargo em votação.

§ 1º - A chamada para votação far-se-á por ordem alfabética de / prenome do Vereador.

§ 2º - Poderá votar o Vereador que, ausente no momento da chamada comparecer antes de encerrada a votação.

ARTIGO 11 - Declarada encerrada a votação, o Presidente designará dois escrutinadores e procederá à apuração dos votos pelo seguinte processo:

I - as cédulas serão novamente lidas uma a uma pelo' Presidente;

II - os escrutinadores, a cada voto, irão proclamando o resultado da votação.

Parágrafo Único - Concluída a eleição e apuração de todos os cargos, o Presidente proclamará a Mesa eleita para a Sessão Legislativa, encerrando-se a Sessão.

TITULO II

DOS ORGAOS DA CÂMARA

CAPITULO I

DA MESA

ARTIGO 12 - A Mesa é o órgão diretivo, executivo e disciplinar / da Câmara, competindo-lhe o exercício destas funções nos termos deste Regimento.

ARTIGO 13 - A Mesa da Câmara compor-se-á do Presidente, do Vice-Presidente, do 1º e 2º Secretários.

§ 1º - Substitui o Presidente, nas faltas e impedimentos, o Vice-Presidente, e ao 1º Secretário, o 2º Secretário; na / ausência do Presidente e do Vice-Presidente, os Secretários os / substituem.

§ 2º - Ausentes os Secretários, o Presidente convidará qualquer' Vereador para assumir os encargos da Secretaria.

§ 3º - Verificada a ausência dos membros da Mesa, no horário regimentar, o Vereador mais idoso dentre os presentes assumirá a presidência e abrirá a Sessão, designando, desde logo, dentre seus pares, um secretário.

ARTIGO 14 - As funções dos membros da Mesa somente cessarão:

I - ao fim de cada mandato;

II - pela renúncia apresentada por escrito;

III - pela extinção ou cassação do mandato de Vereador;

IV - pela destituição.

ARTIGO 15 - O mandato dos membros da Mesa é de 2 (dois) anos.

Parágrafo Único - Os membros da Mesa não poderão ser reeleitos / para o mesmo cargo.

ARTIGO 16 - Vago qualquer cargo da Mesa, a eleição respectiva para completar o mandato deverá fazer-se durante o Expediente da primeira sessão ordinária imediata ou, antes dela, em sessão extraordinária especialmente convocada, por iniciativa da Mesa, para este fim, a requerimento firmado por maioria absoluta / dos Vereadores.

Parágrafo Único - Se todos os cargos estiverem vagos, a eleição' se processará na primeira sessão ordinária subseqüente à vacância, sob a presidência do Vereador mais idoso. dentre os presentes.

ARTIGO 17 - Os membros da Mesa não poderão fazer parte das Comissões Permanentes.

ARTIGO 18 - A Mesa compete, além das atribuições consignadas neste Regimento ou delas implicitamente resultantes, a direção dos trabalhos legislativos e dos serviços administrativos' da Câmara e, especialmente:

I - na parte legislativa:

a-) convocar sessão extraordinária da Câmara, quando houver matéria de interesse público relevante e urgente a deliberar;

b-) tomar providências necessárias à regularidade dos trabalhos;

c-) dirigir todos os serviços da Câmara durante a sessão legislativa;

d-) dar conhecimento à Câmara, na última sessão do ano, em relatório, dos trabalhos realizados durante a sessão legislativa;

e-) propor projetos de lei que criem ou extingam cargos dos serviços da Câmara e fixem os respectivos vencimentos;

f-) apresentar projetos de lei dispondo sobre a abertura de créditos suplementares ou especiais, através da anulação parcial ou total de dotações da Câmara;

g-) propor alteração, reforma ou substituição do Regimento Interno.

II - na parte administrativa:

a-) elaborar e expedir, mediante Ato, a discriminação analítica / das dotações orçamentárias da Câmara, bem como alterá-la, quando necessário;

b-) suplementar, mediante Ato, as dotações do orçamento da Câmara, observando o limite da autorização constante da Lei Orçamentária, desde que os recursos para sua cobertura sejam provenientes de anulação parcial ou total de suas dotações orçamentá-/-rias;

c-) devolver à Tesouraria da Prefeitura o saldo de caixa existente na Câmara no final do exercício;

d-) enviar ao Prefeito, até o dia 1º de março de cada ano, as contas do exercício anterior;

e-) dirigir os serviços da Câmara;

f-) promover a política interna da Câmara;

g-) nomear, promover, comissionar, remover, transferir, promover a responsabilidade disciplinar, civil e criminal e aposentar funcionários, colocá-los em disponibilidade, conceder-lhes licença, afastamento, férias e vantagens decorrentes do exercício / do cargo, bem assim praticar em relação ao pessoal extranumerário os atos equivalentes;

h-) determinar abertura de sindicância ou inquérito administrativo;

i-) permitir ou não sejam irradiados, filmados, televisionados os trabalhos da Câmara no Plenário ou nas Comissões, sem ônus para os cofres públicos;

j-) autorizar despesas para as quais a Lei não exija licitação;

l-) autorizar a abertura de licitação e julgá-la;

m-) elaborar o regulamento dos serviços administrativos da Câmara.

ARTIGO 19 - Os membros da Mesa se reunirão, pelo menos uma vez a cada mês, para deliberar, por maioria de votos, sobre assuntos administrativos da Câmara.

ARTIGO 20 - A destituição de qualquer dos membros da Mesa, far-se-á por meio de projeto de resolução, pelo voto de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara.

CAPITULO II

DO PRESIDENTE

ARTIGO 21 - O Presidente é o representante da Câmara nas suas relações externas, cabendo-lhe as funções administrativas e diretivas de todas as suas atividades internas.

ARTIGO 22 - São atribuições privativas do Presidente, nas atividades internas da Câmara:

I - representar a Câmara em juízo ou fora dele;

II - convocar, presidir, abrir, encerrar e suspender as sessões, observando e fazendo observar as / leis da República e do Estado e as leis municipais, as resoluções , decretos legislativos e os preceitos deste Regimento;

III - solicitar ao Secretário a leitura da Ata, quando requerida, e das comunicações que entender / convenientes;

IV - conceder ou negar a palavra aos Vereadores nos termos do Regimento, não consentindo divagações ou incidentes estranhos ao assunto em questão;

V - declarar findos, à hora destinada, ao Expediente ou à Ordem do Dia e os prazos facultados aos oradores;

VI - anunciar o que se tenha de discutir ou votar e dar o resultado da votação;

VII - prorrogar as Sessões e comunicar a convocação / de Sessões Extraordinárias, determinando-lhes / dia e hora para realização;

VIII - estabelecer o ponto da questão sobre o qual devam ser feitas as votações;

IX - solicitar em qualquer fase dos trabalhos a verificação de presença;

X - interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno;

XI - resolver sobre os requerimentos que, por este Regimento, forem de sua alçada;

XII - anotar em cada documento a decisão do Plenário;

XIII - votar em caso de empate, na eleição da Mesa e /- quando a matéria exigir "quorum" de 2/3 (dois - terços) dos membros da Câmara;

XIV - constituir as comissões especiais de investiga-/ção e de representação criadas por deliberação / do Plenário e designar-lhes substitutos;

XV - expedir os processos às Comissões e incluí-los / na pauta para votação;

XVI - encaminhar ao Prefeito os pedidos de informação;

XVII - zelar pelos prazos concedidos às Comissões e ao Prefeito;

XVIII - assinar a ata das sessões, os editais, as portarias e o expediente da Câmara;

XIX - organizar a Ordem do Dia das sessões;

XX - executar as deliberações do Plenário;

XXI - declarar a extinção de mandato do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, nos casos previstos em Lei;

XXII - dar posse ao Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores não empossados na Sessão de instalação, e aos Suplentes, bem como presidir a sessão de eleição e renovação da Mesa;

XXIII - manter a ordem dos trabalhos, advertindo os oradores que infringirem o Regimento, retirando- / lhes a palavra e suspendendo a Sessão;

XXIV - resolver soberanamente qualquer questão de ordem ou submetê-la ao Plenário, quando omisso o Regimento;

XXV - mandar anotar em livro próprio os precedentes regimentares para solução em casos análogos;

XXVI - superintender e censurar a publicação dos trabalhos da Câmara, não permitindo expressões impróprias ou vedadas pelo Regimento;

XXVII - rubricar os livros destinados aos serviços da Câmara e de sua Secretaria;

XXVIII - manter e dirigir a correspondência oficial da Câmara;

XXIX - promulgar as resoluções e os decretos legislativos, bem como as leis com sanção tácita ou cujo veto tenha sido rejeitado pelo Plenário;

XXX - fazer publicar os Atos da Mesa, bem como as resoluções, os decretos legislativos e as leis por / ele promulgadas;

XXXI - efetuar licitações para obras, serviços e fornecimentos à Câmara, bem como para alienação de / bens móveis e imóveis, de acordo com as determinações legais;

XXXII - dar andamento aos recursos interpostos contra atos seus ou da Câmara;

XXXIII - licenciar-se quando se ausentar do Município por mais de 8 (oito) dias;

XXXIV - requisitar o numerário destinado às despesas da' Câmara;

XXXV - apresentar ao Plenário, até o dia 20 (vinte) de cada mês, o balancete relativo aos recursos recebidos e às despesas do mês anterior;

XXXVI - manter a ordem no recinto da Câmara, podendo solicitar a força necessária para esse fim;

XXXVII - representar sobre a inconstitucionalidade de Lei ou Ato Municipal;

XXXVIII - solicitar a intervenção no Município, nos casos admitidos pela Constituição do Estado;

XXXIX - designar relator especial nos casos previstos / neste Regimento.

§ 1º - São atribuições do Presidente nas atividades externas da Câmara:

I - agir em nome da Câmara, mantendo todos os contatos de direito com o Prefeito e demais autorida-

des com as quais a Câmara deva ter relações;

II - representar socialmente a Câmara ou delegar poderes a Vereadores ou Comissões Especiais de Representação;

III - zelar pelo prestígio da Câmara e pelos direitos e garantias, inviolabilidade e respeito de seus membros;

§ 2º - É, ainda, atribuição do Presidente, substituir o Prefeito e o Vice-Prefeito, em caso de impedimento ou suceder-lhes em caso de vaga, no exercício das funções do órgão executivo do Município, nos casos previstos em Lei (art. 35, L.O.M.).

ARTIGO 23 - O Presidente deverá conformar-se com a decisão soberana do Plenário, em recurso contra Ato seu, e cumpri-la fielmente, sob pena de responsabilidade.

ARTIGO 24 - O Presidente ou seu substituto só terá voto na eleição da Mesa, ou quando houver empate nas votações do Plenário e quando a matéria exigir "quorum" de 2/3 (dois terços) para sua aprovação (§ 4º, art. 19, L.O.M.).

ARTIGO 25 - O Presidente ou seu substituto legal, na qualidade de Vereador poderá oferecer projetos, requerimentos, moções, indicações à Câmara, mas, para discutí-los deverá afastar-se da Presidência.

ARTIGO 26 - Quando o Presidente, no exercício de suas funções, estiver com a palavra, não poderá ser interrompido ou aparteado.

ARTIGO 27 - O Vice-Presidente ou seu substituto legal, ficará investido na plenitude dasfunções da presidência quando o Presidente estiver de licença, impedido ou ausente do Município por mais de 8 (oito) dias.

CAPITULO III

DO VICE-PRESIDENTE

ARTIGO 28 - O Vice-Presidente é o substituto legal do Presidente investindo-se na plenitude das respectivas funções em sua falta, ausência, impedimento ou licença.

ARTIGO 29 - Nos mesmos casos previstos no artigo anterior, o Vice-

Presidente será substituído sucessivamente, pelo Primeiro e Segundo Secretários e, finalmente, pelo Vereador mais idoso entre os presentes.

ARTIGO 30 - O Vice-Presidente, no exercício da Presidência, exercerá as atribuições consignadas no artigo 22 deste Regimento, vigorando para ele os direitos e deveres constantes do Capítulo II, deste Título.

CAPITULO IV

DOS SECRETARIOS

ARTIGO 31 - São atribuições do 1º Secretário:

I - proceder à chamada dos Vereadores nos casos previstos neste Regimento;

II - fazer a leitura da Ata, quando requerida, e de todos os papéis sujeitos ao conhecimento ou à deliberação do Plenário;

III - superintender a redação da Ata e assiná-la juntamente com o Presidente;

IV - zelar pela guarda das proposições e papéis submetidos à deliberação da Câmara para o devido encaminhamento dos mesmos;

V - assinar, após o Presidente, Atos da Mesa e o expediente da Câmara;

VI - receber e mandar fazer toda a correspondência oficial da Câmara, submetendo-a ao conhecimento,/ apreciação e assinatura do Presidente;

VII - superintender os trabalhos da Secretaria.

ARTIGO 32 - São atribuições do 2º Secretário:

I - substituir o 1º Secretário nas suas faltas, ausências, impedimentos e licenças;

II - redigir as atas das Sessões Secretas;

III - encarregar-se da inscrição dos oradores durante as Sessões;

IV - anotar o tempo e o número de vezes que cada orador usar da palavra, comunicando ao Presidente.

ARTIGO 33 - Os Secretários, conforme a sua numeração, substituirão o Presidente, nas ausências ou impedimentos do Vice- / Presidente.

CAPITULO V

DO PLENARIO

ARTIGO 34 - O Plenário é o órgão deliberativo da Câmara e é constituído pelos Vereadores em exercício, reunidos na forma estabelecida neste Regimento.

ARTIGO 35 - São atribuições do Plenário:

I - elaborar, discutir e votar leis, resoluções, decretos legislativos e demais proposituras de sua competência;

II - sugerir ao Prefeito e aos Governos do Estado e da União, medidas convenientes aos interesses do Município;

III - elaborar e modificar o Regimento Interno;

IV - eleger a Mesa e as Comissões Permanentes;

V - apreciar vetos do Prefeito;

VI - tomar e julgar as contas do Prefeito e dos responsáveis pela arrecadação, guarda, aplicação da receita e bens públicos, deliberando sobre o parecer do Tribunal de / Contas, no prazo de 90 (noventa) dias após o seu recebimento;

VII - solicitar informações e convocar Agentes da Administração Direta e Indireta para prestar esclarecimentos;

VIII - deliberar sobre pedido de licença do Prefeito, / Vice-Prefeito e dos Vereadores;

IX - fixar remuneração do Prefeito e dos Vereadores , bem como a verba de representação do Vice-Prefeito e do Presidente da Câmara;

X - julgar o Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores, nos casos previstos em Lei.

CAPITULO VI

DAS COMISSÕES

SECÇÃO I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

ARTIGO 36 - Comissões são órgãos técnicos, constituídos pelos Vereadores em caráter permanente ou transitório, destinados a proceder estudos e emitir pareceres especializados, a realizar investigações ou a representação da Câmara.

ARTIGO 37 - As Comissões são:

I - Permanentes;

II - Especiais; e

III - De Representação.

SECÇÃO II - DAS COMISSÕES PERMANENTES

ARTIGO 38 - As Comissões Permanentes, em número de 4 (quatro), têm as seguintes denominações:

I - Comissão de Justiça e Redação;

II - Comissão de Finanças e Orçamento;

III - Comissão de Obras e Serviços Públicos;

IV - Comissão de Atividades Sociais, Educacionais, / Culturais e Desportivas.

§ 1º - Cada uma das Comissões será constituída de 3(três) membros' efetivos e um suplente, com mandato de 2 (dois) anos.

§ 2º - Qualquer Vereador poderá fazer parte de mais de uma Comis-/ são, salvo os membros da Mesa, que não poderão integrar nenhuma delas.

§ 3º - Não é permitido a um mesmo Vereador presidir mais de uma Comissão.

ARTIGO 39 - A composição das Comissões Permanentes será feita na / primeira Sessão Ordinária de cada biênio, de comum acordo pelo Presidente da Câmara e os representantes das legendas, assegurando-se, tanto quanto possível, a representação proporcional / dos Partidos com assento na Câmara.

ARTIGO 40 - Na primeira Sessão Ordinária de cada biênio, não havendo acordo, proceder-se-á à escolha dos membros das Comissões Permanentes, por eleição da Câmara, votando cada Vereador em um único nome para cada Comissão e considerando-se eleitos os mais votados.

ARTIGO 41 - A eleição para a constituição das Comissões Permanentes será feita por maioria simples, em escrutínio público, em cédula separada, impressa, datilografada, mimeografada ou manus-/ crita, com indicação do nome do votado e assinada pelo votante, sendo nulo o voto que não trouxer qualquer dessas exigências.

§ 1º - Terminada a votação, será feita a apuração pelo 1º Secretário que redigirá o boletim de apuração com o resultado da

eleição, colocando os votados na ordem decrescente dos votos obti-/ dos.

§ 2º - O Presidente procederá à leitura do boletim de apuração e proclamará os nomes dos Vereadores eleitos para as respectivas Comissões.

ARTIGO 42 - Se não for efetivada a constituição das Comissões na primeira Sessão Ordinária do biênio, as Sessões Ordinárias subseqüentes se destinarão ao mesmo fim, até que seja atendido' este objetivo.

ARTIGO 43 - As Comissões, logo que constituídas, reunir-se-ão para eleger os respectivos Presidentes e deliberar sobre a fixação dos dias de reuniões.

Parágrafo Único - Enquanto não se realizar a eleição a que se refere este artigo, a Comissão será presidida pelo / Vereador mais idoso.

ARTIGO 44 - Nos casos de vaga, licença, impedimento ou ausência / dos membros das Comissões, compete ao Presidente da Câmara a designação dos substitutos, escolhidos, sempre que possível, / dentro da mesma legenda partidária.

SECÇÃO III - DA COMPETÊNCIA DAS COMISSÕES PERMANENTES

ARTIGO 45 - Compete às Comissões Permanentes estudar as proposi- / ções e outras matérias submetidas à sua apreciação, / dando-lhes parecer, oferecendo-lhes emendas, sub-emendas ou substitutivos.

ARTIGO 46 - É da competência específica:

I - da COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO:

a) - opinar sobre:

1 - o aspecto constitucional, legal, jurídico e redacional das proposições;

2 - toda a matéria que não haja recebido parecer quanto ao mérito de outra Comissão;

3 - quanto ao aspecto técnico-legislativo das proposições, sempre que requerido, ou quando houver emendas, sub-emendas e substitutivos.

Parágrafo Único - É obrigatória a manifestação da Comissão de Jus-

tiça e Redação sobre as proposições que tramitarem pela Câmara, inclusive as de competência da Mesa.

II - da COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO:

a) - opinar sobre:

1 - as proposições que criem ou aumentem despesas;

2 - a proposta orçamentária do Município, as modificações convenientes e as emendas apresentadas;

3 - as proposições referentes à matéria tributária, empréstimos públicos, dívida pública e outras que envolvam responsabilidades do erário público, assim como os bens públicos municipais;

4 - a prestação de contas da Mesa da Câmara, à vista do parecer do Tribunal de Contas, propondo projeto de Decreto Legislativo, aprovando ou rejeitando-as;

5 - a prestação de contas do Prefeito, à vista do parecer do Tribunal de Contas, propondo projeto de Decreto Legislativo aprovando ou rejeitando-as;

6 - os balancetes e balanços da Mesa e da Prefeitura, acompanhando, por intermédio deles, o andamento das despesas públicas;

7 - as proposições que fixarem os vencimentos dos servidores públicos em geral;

b) - consultar o Executivo, sempre que julgar necessário, sobre a conveniência e oportunidade de leis que exijam recursos especiais;

c) - apresentar projeto específico sobre:

1 - subsídios e verba de representação do Prefeito;

2 - verba de representação do Vice-Prefeito;

3 - verba de representação do Presidente da Câmara;

4 - subsídios e remuneração dos Vereadores.

III - da COMISSÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS:

a) - opinar sobre todos os processos referentes às obras e serviços realizados pelo Município e por concessionários ou permissionários de serviços públicos;

b) - fiscalizar a execução do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município;

c) - opinar sobre a construção de monumentos públicos.

IV - da COMISSÃO DE ATIVIDADES SOCIAIS, EDUCACIONAIS , CULTURAIS E DESPORTIVAS:

a) - opinar sobre todos os assuntos de higiene e saúde pública e de assistência social;

b) - opinar sobre todos os assuntos de educação, ensino, artes, cultura em geral, patrimônio histórico, artístico e esportes em geral;

c) - sobre denominação de logradouros, vias e próprios públicos.

SECÇÃO IV - DAS REUNIÕES, TRABALHOS E PARECERES DAS COMISSÕES PERMANENTES

ARTIGO 47 - As Comissões Permanentes reunir-se-ão, obrigatoriamente, nas salas a elas reservadas, em dia e hora prefixados no início do biênio.

§ 1º - As reuniões das Comissões serão públicas, salvo deliberação' em contrário de seus membros;

§ 2º - As Comissões somente deliberarão com a presença da maioria' de seus membros.

ARTIGO 48 - Aceita a proposição pelo Plenário, o Presidente da Câmara tem o prazo de 2(dois) dias para encaminhá-la à Comissão competente para exarar parecer.

§ 1º - Cada proposição terá parecer independente, ainda que se trate de proposições análogas e de igual objeto.

§ 2º - Recebido o processo, o Presidente da comissão, incontinenti, designará o relator, mediante distribuição registrada em livro próprio, obedecendo a ordem cronológica de entrada da proposição.

ARTIGO 49 - O prazo para a Comissão exarar parecer será de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento do processo pelo Presidente da Comissão.

§ 1º - A Comissão de Justiça e Redação tem o prazo de 5 (cinco) / dias para emitir parecer sobre as moções apresentadas, representações de outras Edilidades e indicações não encaminhadas pelo Presidente.

§ 2º - O relator designado terá o prazo de 5 (cinco) dias improrrogáveis para exarar parecer, salvo no caso do parágrafo anterior, em que o prazo é de 24 (vinte e quatro) horas.

§ 3º - Findo o prazo sem que o parecer seja apresentado, o Presi-/

dente da Comissão avocará o processo e emitirá o parecer no prazo de 24(vinte e quatro) horas.

§ 4º - Findo o prazo para a Comissão emitir parecer, o Presidente' da Câmara designará um Vereador para exarar o parecer, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

§ 5º - Os dispositivos deste artigo não se aplicam à Comissão de Justiça e Redação, a qual terá prazo de 3(três) dias para / exarar seus pareceres, quando estes versarem sobre aspecto técnico - legislativo das proposições.

ARTIGO 50 - Nos projetos de iniciativa do Prefeito ou nos que contem com assinatura de, pelo menos, um terço dos membros da Câmara, que não poderão ser retirados da Secretaria, o prazo para emitir parecer será comum para todas as Comissões.

Parágrafo Único - Desses projetos serão entregues cópias autênti-/ cas às Comissões, mas as manifestações destas / ocorrerão no processo original.

ARTIGO 51 - Nos projetos de iniciativa do Prefeito ou nos que contem com a ssinatura de, pelo menos, um terço dos membros da Câmara, as Comissões têm o prazo comum de 48 (quarenta e oito) horas, para se manifestar sobre o substitutivo, findo o qual a propositura será incluída na Ordem do Dia, com ou sem parecer.

ARTIGO 52 - O parecer da comissão a que for submetida a proposição concluirá propondo a sua adoção ou a sua rejeição, as emendas ou substitutivos que julgar necessários ou convenientes.

Parágrafo Único - Sempre que o parecer da comissão concluir pela rejeição da propositura, deverá o Plenário deliberar primeiro sobre o parecer, só considerando o projeto se o parecer for rejeitado.

ARTIGO 53 - O parecer da comissão deverá ser subscrito por todos / os seus membros ou pela maioria, devendo o voto vencido ser apresentado em separado, motivadamente.

Parágrafo Único - Para emitir voto em separado, o membro da Comissão terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, / que correrá logo após o parecer emitido pelo relator, salvo quando a Comissão emitir parecer em Plenário, caso em que o prazo para emitir voto separado é de 30 (trinta) minutos.

ARTIGO 54 - Poderão as Comissões, a pedido do relator, requisitar ao Prefeito, por intermédio do Presidente da Câmara e independentemente de discussão e votação, todas as informações que julgarem necessárias.

§ 1º - Sempre que a Comissão solicitar informações ou audiência / preliminar de outra Comissão, ficam suspensos os prazos fixados no artigo 49 e seus parágrafos, que só se reiniciam após recebidas as informações, o mesmo ocorrendo quando da manifestação de voto em separado.

§ 2º - Nos projetos de iniciativa do Prefeito, se as informações' não forem fornecidas em 3 (três) dias, o relator emitirá o parecer sem elas.

§ 3º - O projeto de lei, resolução ou decreto-legislativo que receber parecer contrário das comissões a que for submetido, quanto ao mérito, será tido como rejeitado.

SECÇÃO V - DAS COMISSÕES ESPECIAIS

ARTIGO 55 - As Comissões Especiais serão constituídas para fim determinado, dentro da Legislatura, pelo Presidente por proposto da Mesa ou a requerimento subscrito por 1/3 (um terço) dos membros da Câmara, especificando as suas finalidades.

§ 1º - As Comissões Especiais serão compostas de, no mínimo, 3 / (três) Vereadores, devendo integrá-las, obrigatoriamente,- o primeiro subscritor do requerimento para a sua instituição e serão presididas pelo primeiro indicado.

§ 3º - Compete ao Presidente da Câmara designar os Vereadores que deverão constituir as Comissões Especiais, observando, sempre que possível, a representação partidária.

§ 4º - As Comissões Especiais deixarão de existir quando atendi-/ dos os seus objetivos ou terminado o prazo de suas atividades.

§ 5º - No requerimento de constituição ou na designação dos membros pelo Presidente da Câmara, deverá o prazo para as Comissões Especiais concluírem seus trabalhos e apresentar relatório' circunstanciado.

ARTIGO 56 - A Câmara poderá, a requerimento de 1/3 (um terço) de seus membros, constituir Comissões Especiais de Inquérito sobre fato determinado, que se inclua na competência municipal,

obedecidas as normas do artigo anterior.

§ 1º - Os fatos a serem apurados deverão ser sumariados no requerimento de constituição da Comissão Especial de Inquérito.

§ 2º - A Comissão Especial de Inquérito terá o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogáveis a critério do Plenário, para apresentar / parecer sobre o que for apurado.

§ 3º - A Comissão Especial de Inquérito tem o poder de examinar documentos municipais que julgar convenientes, ouvir testemu-/ nhas e solicitar, através do Presidente da Câmara, as informações necessárias.

§ 4º - Comprovada a irregularidade, o Plenário decidirá, mediante / projeto de resolução elaborado pela Comissão Especialde Inquérito, sobre as providências cabíveis, no âmbito político-adminis-/ trativo e criminal.

§ 5º - Opinando a Comissão Especial de Inquérito pela improcedência da acusação, será votado, preliminarmente, o seu parecer pelo Plenário.

SECÇÃO VI - DAS COMISSÕES DE REPRESENTAÇÃO

ARTIGO 57 - As Comissões de Representação têm por finalidade representar a Câmara em atos externos de caráter social, por deliberação da Mesa ou a requerimento de qualquer Vereador, aprovado' pelo Plenário.

Parágrafo Único - Compete ao Presidente da Câmara a nomeação dos / membros da Comissão, que será integrada, obrigatoriamente pelo primeiro subscritor do requerimento e presidida pelo designado em primeiro lugar.

TITULO III

DA SECRETARIA DA CÂMARA

ARTIGO 58 - Os serviços administrativos da Câmara far-se-ão através de sua Secretaria e reger-se-ão pelo respectivo regulamento.

Parágrafo Único - Compete ao 1º Secretário inspecionar os referidos serviços e fazer observar o regulamento.

ARTIGO 59 - Qualquer interpretação por parte dos Vereadores, relativa aos serviços da Secretaria ou à situação do res-/ pectivo pessoal, deverá ser dirigida e encaminhada diretamente à Me-

sa, através do Presidente.

§ 1º - A Mesa, em reunião, tomará conhecimento dos termos do pedido de informação e deliberará a respeito, dando conhecimento, por escrito, diretamente ao interessado no prazo de 15 (quinze) dias, a partir do recebimento do pedido de informação.

§ 2º - O pedido de informação a que se refere o parágrafo anterior, será protocolado como processo interno.

TITULO IV
DOS VEREADORES

CAPITULO I
DA POSSE

ARTIGO 60 - Os Vereadores são agentes políticos, investidos de / mandato legislativo municipal, na forma das leis em vigor.

ARTIGO 61 - Os Vereadores empossar-se-ão na Sessão Solene de instalação, após prestado o compromisso, na forma prescrita no artigo 6º deste Regimento.

Parágrafo Único - Os Vereadores que não comparecerem à Sessão Solene de Instalação, bem como os Suplentes convocados, deverão, deverão fazê-lo dentro de 15 (quinze) dias, perante o Presidente da Câmara, após apresentação do respectivo diploma e a prestação do compromisso regimentar, salvo motivo justo aceito pela Câmara.

CAPITULO II
DOS DEVERES DOS VEREADORES

ARTIGO 62 - São deveres dos Vereadores:

I - residir no território do Município;

II - fazer, no início e no término do mandato, declaração pública de bens;

III - desincompatibilizar-se, quando obrigados por lei;

IV - comparecer, à hora regimentar, nos dias designados para a abertura das Sessões, salvo motivo / justificado;

V - votar as proposições submetidas à deliberação da Câmara, salvo quando se tratar de assunto em que

tiver interesse pessoal;

VI - desempenhar os encargos que lhes forem atribu-/ídos, salvo motivo justo, alegado perante a Mesa da Câmara;

VII - comparecer às reuniões das Comissões que inte-/grarem, cumprindo as atribuições que lhe forem confiadas;

VIII - propor à Câmara, por escrito, todas as medidas / julgadas convenientes e oportunas ao interesse' do Município e ao bem estar dos munícipes, bem como impugnar as que' lhes pareçam inconvenientes, prejudiciais ou contrárias ao interesse público;

IX - comparecer às Sessões decentemente trajado e / portar-se, em Plenário e nas C omissões, com / respeito e urbanidade;

X - obedecer as normas regimentares quanto ao uso' da palavra em Sessão ou nas reuniões das Comissões.

§ 1º - Consideram-se motivos justificados para o não comparecimento às Sessões, doença comprovada, nojo, gala, serviços da Câmara por delegação da Mesa, do Presidente ou do Plenário.

§ 2º - Considera-se presente o Vereador, para fins de percepção da parte variável da remuneração, em todos os casos enumerados no parágrafo anterior.

§ 3º - Será obrigatório o uso de terno social e gravata, pelo Vereadores, nas Sessões Solenes.

§ 4º - Será proibido de adentrar ao Plenário o Vereador que se encontrar em estado de visível embriaguez, ou qualquer outro estado que o impossibilite de exercer suas funções lucidamente.

CAPITULO III

DOS DIREITOS DOS VEREADORES

ARTIGO 63 - São direitos dos Vereadores:

I - participar de todas as discussões e deliberações do Plenário;

II - participar de todas as discussões, reuniões e deliberações das Comissões que integrarem;

III - votar na eleição da Mesa e das Comissões Perma-/

tes;

IV - apresentar proposições que visem o bem comum;

V - concorrer aos cargos da Mesa e das Comissões;

VI - usar da palavra em defesa das proposições apresentadas, que visem o interesse do Município ou o bem estar dos munícipes, ou em oposição às que lhes pareçam prejudiciais ao interesse público;

VII - receber o tratamento cortês e polido digno dos integrantes de uma corporação legislativa.

CAPITULO IV

DAS VAGAS

ARTIGO 64 - As vagas da Câmara ocorrerão:

I - por licença;

II - por extinção do mandato;

III - por cassação do mandato;

IV - por renúncia ou morte do Vereador.

Parágrafo Único - Ocorrida a vaga, convocar-se-á imediatamente o suplente e, se não houver, far-se-á a devida comunicação ao Tribunal Regional Eleitoral.

CAPITULO V

DAS LICENÇAS

ARTIGO 65 - O Vereador poderá licenciar-se somente:

I - por moléstia devidamente comprovada;

II - para desempenhar missões temporárias de caráter' cultural ou de interesse do Município;

III - para tratar de interesses particulares, por prazo determinado, nunca inferior a 30 (trinta) / dias, não podendo reassumir o exercício do mandato antes do término' da licença.

Parágrafo Único - As licenças dependerão de comunicação escrita à Mesa, em Sessão.

ARTIGO 66 - O requerimento de licença é considerado matéria de urgência e deverá ser submetido imediatamente à votação, sem discussão.

ARTIGO 67 - Licenciado o Vereador, o Presidente convocará, imediatamente o suplente.

ARTIGO 68 - O Vereador afastado do Território Nacional, sem ciência da Câmara, é considerado licenciado nos termos do Inciso III, do artigo 65.

CAPITULO VI

DA EXTINÇÃO E DA CASSAÇÃO DO MANDATO

ARTIGO 69 - A extinção e a cassação de mandato de Vereador dar-se-ão nos casos e na forma da legislação federal.

ARTIGO 70 - A renúncia do Vereador far-se-á por ofício, assinado, com firma reconhecida em tabelião da cidade, presente o Vereador à Sessão, sempre que possível ou conveniente, reputando-se aberta a vaga, independentemente de votação, desde que o ofício seja lido na Sessão e lançado na respectiva Ata e esta for aprovada.

ARTIGO 71 - A declaração de extinção do mandato do Vereador dar-se-á por ato do Presidente da Câmara, na primeira Sessão subseqüente à ocorrência do ato ou fato extintivo.

Parágrafo Único - O Presidente da Câmara comunicará ao Plenário e fará constar da ata dos trabalhos a declaração da extinção do mandato.

TITULO V

DAS SESSÕES

CAPITULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

ARTIGO 72 - Sessão é a reunião plenária da Câmara, obedecidos os preceitos estabelecidos por este Regimento.

§ 1º - As Sessões da Câmara far-se-ão em recinto destinado ao seu funcionamento, considerando-se nulas as que se efetuarem fora dele, salvo as hipóteses previstas no § 2º do artigo 2º deste Regimento.

§ 2º - As Sessões Solenes poderão ser realizadas fora do recinto da Câmara.

ARTIGO 73 - Verificada a presença de, no mínimo, um terço dos membros da Câmara, o Presidente abrirá a Sessão com as seguintes palavras:

"HAVENDO NUMERO LEGAL, DECLARO ABERTOS OS TRABALHOS DA PRESENTE SESSAO, AS _____ HORAS E _____ MINUTOS".

Parágrafo Único - Inexistindo número legal, proceder-se-á nova ve-

rificação, dentro de quinze minutos, não se computando' este tempo ao prazo de duração da Sessão.

ARTIGO 74 - A Sessão poderá ser suspensa:

I - para preservar a ordem;

II - para permitir que Comissão possa apresentar parecer;

III - para recepcionar visitante ilustre;

IV - para a transformação de Sessão Pública em Sessão' Secreta;

V - a requerimento de qualquer Vereador, aprovado por 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara, caso em que a suspensão não será superior a 24 (vinte e quatro) horas.

ARTIGO 75 - A Sessão poderá ser encerrada antes de finda a sua duração, nos seguintes casos:

I - tumulto grave;

II - em reverência à memória de pessoa ilustre, a juízo do Plenário;

III - quando a verificação de presença acusar número inferior à maioria absoluta dos membros da Câmara e se encontrar em fase de discussão e votação.

ARTIGO 76 - Durante as Sessões, somente os Vereadores poderão permanecer no recinto do Plenário.

§ 1º - A critério do Presidente, serão convocados os funcionários / necessários ao andamento dos trabalhos.

§ 2º - A convite do Presidente, por iniciativa própria ou sugestão' de qualquer Vereador, poderão assistir os trabalhos, no re-/ cinto do Plenário, autoridades públicas ou personalidades que se pretenda homenagear.

§ 3º - Os visitantes, recebidos no Plenário, em dias de Sessão, poderão usar da palavra para agradecer a saudação que lhes for feita pelo Legislativo.

ARTIGO 77 - Será dada ampla publicidade às Sessões da Câmara, facilitando-se o trabalho da imprensa, rádio, televisão e' outros maios de comunicação e divulgação.

Parágrafo Único - Os atos oficiais da Câmara serão publicados em / jornal oficial, considerando-se como tal o que / vencer a licitação para tal fim.

ARTIGO 78 - São considerados de férias legislativas os períodos de 1º a 31 de janeiro; 1º a 31 de julho, e de 06 a 31 de dezembro de cada Sessão Legislativa.

CAPITULO II

DAS SESSÕES ORDINARIAS

SECÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 79 - As Sessões Ordinárias terão a duração máxima de 4(quatro) horas e se realizarão todos os dias 05 (cinco) e 20 (vinte) de cada mês, com início às 20:00 horas, desde que estejam presentes, no mínimo, 1/3 (um terço) dos membros da Câmara.

Parágrafo Único - Ocorrendo sábado, domingo, feriado ou ponto facultativo, a Sessão será realizada no último dia útil antecedente.

ARTIGO 80 - As Sessões Ordinárias compor-se-ão de três partes:

a-) Expediente;

b-) Ordem do Dia;

c-) Explicação Pessoal.

SECÇÃO II

DO EXPEDIENTE

ARTIGO 81 - O Expediente é a parte da Sessão Ordinária destinada à aprovação da Ata da Sessão anterior, à leitura dos documentos procedentes do Executivo ou de outras origens, e à apresentação de proposições pelos Vereadores.

Parágrafo Único - O Expediente terá a duração máxima de 2 (duas) / horas e dividir-se-á em duas partes:

I - a primeira parte compreende uma hora destinada à leitura da Ata, quando requerida, e de documentos referidos no presente artigo;

II - a segunda parte, ou a hora restante, destinar-se-á aos Vereadores que desejarem usar da palavra para comunicações breves e indagações sobre andamento de proposições em geral, bem como a comentários sobre a matéria lida anteriormente.

ARTIGO 82 - Aprovada a Ata, o Presidente determinará ao Secretário a leitura da matéria do expediente, obedecendo a se-

guinte ordem:

1 - expediente recebido do Prefeito;

2 - expediente recebido de diversos;

3 - expediente apresentado pelos Vereadores ou pelas Comissões.

§ 1º - As proposições apresentadas pelos Vereadores, deverão ser entregues ao Chefe da Secretaria ou seu substituto legal, / até a hora do início da Sessão e por ele rubricadas e numeradas, e durante o Expediente serão entregues ao Presidente.

§ 2º - Na leitura das proposições, será obedecida a seguinte ordem:

1 - Projetos de Resolução;

2 - Projetos de decreto legislativo;

3 - Projetos de lei;

4 - Requerimentos de urgência;

5 - Moções;

6 - Requerimentos comuns;

7 - Indicações.

§ 3º - Encerrada a leitura das proposições, nenhuma matéria poderá mais ser apresentada, senão verbalmente.

§ 4º - Dos documentos apresentados no Expediente, serão fornecidas cópias ou certidões, quando solicitadas pelo interessado.

ARTIGO 83 - Terminada a leitura da matéria em pauta ou esgotado o tempo destinado à primeira parte do Expediente, o Presidente dará a palavra aos Vereadores inscritos em lista especial, / pelo prazo de 5(cinco) minutos, para breves comunicações ou comentários sobre a matéria apresentada.

§ 1º - As inscrições dos oradores para o Expediente serão feitas / em livro especial, de próprio punho ou pelo 2º Secretário.

§ 2º - O Vereador que, inscrito para falar, não se encontrar pre-/ sente quando a palavra lhe for facultada, perderá a vez.

SECÇÃO III

DA ORDEM DO DIA

ARTIGO 84 - A Ordem do Dia é a parte da Sessão Ordinária destinada à discussão e votação das proposições pelo Plenário.

§ 1º - A Ordem do Dia terá a duração máxima de uma hora, podendo / ser prorrogada, nos termos deste Regimento, e se iniciará /

logo após terminado o Expediente.

§ 2º - Não se prorrogará a Ordem do Dia quando houver Vereador previamente inscrito para falar em Explicação Pessoal, desde / que o Vereador esteja presente no Plenário e não retire sua inscri-/ção.

ARTIGO 85 - Ao início da Ordem do Dia será realizada a verificação de presença e a Sessão somente prosseguirá se estiver' presente a maioria absoluta dos membros da Câmara.

Parágrafo Único - Não havendo "quorum" regimentar, o Presidente aguardará por 5 (cinco) minutos antes de declarar encerrada a Sessão.

ARTIGO 86 - Nenhuma proposição poderá ser posta em discussão sem / que haja sido incluída na Ordem do Dia, com a antece-/dência mínima de 24 (vinte e quatro) horas do início da Sessão, salvo exceção prevista neste Regimento.

§ 1º - Das proposições e pareceres a Secretaria fornecerá cópias / aos Vereadores dentro do prazo estabelecido neste artigo.

§ 2º - O Secretário lerá a matéria que se houver de discutir e votar, podendo ser dispensada a leitura, a requerimento aprovado pelo Plenário.

§ 3º - A votação das proposições obedecerá a forma determinada no capítulo próprio deste Regimento.

ARTIGO 87 - A pauta da Ordem do Dia obedecerá a seguinte ordem:

1 - Projetos de Resolução, de Decreto Legislativo e / Projetos de Lei;
2 - Requerimentos em regime de urgência;
3 - Recursos contra atos do Presidente;
4 - Requerimentos e Moções propostos na Sessão ante- / rior;
5 - Moções de outras Edilidades.

§ 1º - No ítem da matéria da Ordem do Dia observar-se-á a ordem de estágio da discussão: regime de urgência, redação final, segunda e primeira discussão.

§ 2º - Ausente o autor, a matéria será prorrogada para a Ordem do Dia da Sessão seguinte, desde que não seja aprazada.

ARTIGO 88 - A disposição da matéria da Ordem do Dia só será modifi

cada ou alterada por motivo de urgência, preferência , adiamento ou vista, solicitados por requerimento, apresentado no início da Ordem do Dia e aprovado pelo Plenário.

ARTIGO 89 - Decorrido o tempo a ela destinado ou esgotada a Ordem do Dia, o Presidente anunciará em termos gerais a Ordem do Dia da Sessão seguinte, passando em seguida à Explicação Pessoal.

SECÇÃO IV

DA EXPLICAÇÃO PESSOAL

ARTIGO 90 - A Explicação Pessoal, que terá a duração máxima de 1 (uma) hora, é a parte da Sessão Ordinária destinada a:

I - manifestação de Vereadores sobre atitudes pessoais, assumidas durante a Sessão ou no exercício do mandato;

II - manifestação de Vereadores sobre assunto de livre escolha.

ARTIGO 91 - O Vereador poderá falar em Explicação Pessoal pelo prazo de 15 (quinze) minutos, não sendo permitida a concessão de apartes.

Parágrafo Único - A inscrição para falar em Explicação Pessoal será solicitada durante a Sessão e anotada, cronologicamente pelo Secretário, que o encaminhará ao Presidente.

ARTIGO 92 - Não havendo oradores ou tendo esgotado o tempo regimentar, o Presidente declarará encerrada a Sessão.

CAPITULO III

DAS SESSÕES EXTRAORDINARIAS E SOLENES

ARTIGO 93 - As Sessões Extraordinárias serão convocadas pelo Presidente da Câmara, em Sessão ou fora dela, mediante neste último caso, comunicação pessoal e escrita aos Vereadores, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro)horas.

§ 1º - As Sessões só poderão ser abertas com a presença de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos membros da Câmara.

§ 2º - As Sessões Extraordinárias realizar-se-ão em qualquer dia da semana e a qualquer hora, podendo ainda ser realizadas nos domingos e feriados, e terão a duração máxima de 4 (quatro) horas, improrrogáveis, salvo no caso previsto no artigo 163, § 3º, deste Regimento.

§ 3º - Nas Sessões Extraordinárias não haverá tempo destinado ao / Expediente e Explicação Pessoal, sendo todo ele empregado / na discussão e votação da matéria constante da convocação.

ARTIGO 94 - A Câmara poderá ser convocada extraordinariamente, durante o recesso, pelo Prefeito, sempre que entender necessário.

§ 1º - A convocação será feita mediante ofício ao Presidente da Câmara, para reunir-se, no mínimo, dentro de dois dias.

§ 2º - O Presidente da Câmara dará conhecimento da convocação aos Vereadores em Sessão ou fora dela, mediante, neste último / caso, comunicação pessoal e escrita, que lhes será encaminhada 24 / (vinte e quatro) horas, no máximo, após o recebimento do ofício do Prefeito.

§ 3º - Durante o recesso a Câmara deliberará exclusivamente sobre' a matéria para a qual for convocada.

ARTIGO 95 - As Sessões Solenes serão convocadas pelo Presidente ou por deliberação da Câmara, para o fim específico que / lhes for determinado.

Parágrafo Único - Nestas Sessões não haverá Expediente, nem Explicação Pessoal, será dispensada a votação da Ata e não haverá tempo determinado para encerramento.

CAPITULO IV

DAS SESSÕES SECRETAS

ARTIGO 96 - A Câmara poderá realizar Sessões Secretas, por deliberação tomada pela maioria de dois terços de seus membros, quando ocorrer motivo relevante de preservação do decoro parlamentar.

§ 1º - Quando houver de se realizar Sessão Secreta, as portas do / recinto do Plenário serão fechadas, permitida a entrada somente aos Vereadores.

§ 2º - Deliberada a realização de Sessão Secreta no curso de uma Sessão pública, o Presidente fará cumprir o disposto no parágrafo anterior.

§ 3º - Presente a maioria absoluta dos membros da Câmara, será iniciada a Sessão Secreta, deliberando preliminarmente o Plenário, se o objeto proposto deve continuar a ser tratado secretamente,

caso contrário, a Sessão se tornará pública. Na decisão preliminar , cada Vereador usará uma só vez a palavra.

§ 4º - Ao 2º Secretário competirá lavrar a ata da Sessão Secreta , que, lida na mesma Sessão, será assinada pela Mesa e depois' lacrada e arquivada, com rótulo datado e rubricado.

§ 5º - O Vereador que houver participado dos debates poderá reduzir a escrito o seu discurso para ser arquivado com a ata e os documentos referentes à Sessão.

ARTIGO 97 - Antes de encerrada a Sessão Secreta, o Plenário resolverá se os debates e a matéria decidida deverão ou não ser publicados, total ou parcialmente.

CAPITULO V

DAS ATAS E RELATORIOS

ARTIGO 98 - De cada Sessão da Câmara será lavrada uma ata resumida contendo os nomes dos Vereadores presentes, dos ausentes e dos que se ausentarem e uma exposição sucinta dos trabalhos, a fim de ser submetida ao Plenário.

§ 1º - A ata será lavrada, ainda que não haja Sessão por falta de número; e, nesse caso, além do expediente despachado, serão nela mencionados os nomes dos Vereadores presentes e dos que deixarem de comparecer.

§ 2º - As proposições e documentos apresentados em Sessão serão indicados apenas com a declaração do objeto a que se referirem, salvo se a sua publicação integral for requerida e aprovada pela Câmara.

ARTIGO 99 - A ata da Sessão anterior ficará à disposição dos Vereadores, para verificação, 8 (oito) horas antes do início da Sessão, e ao iniciar-se a Sessão o Presidente submeterá a ata à discussão e votação.

§ 1º - Qualquer Vereador poderá requerer a leitura da ata, no todo ou em parte, desde que o requerimento seja aprovado por 2/3 (dois terços) dos Vereadores presentes.

§ 2º - Cada Vereador poderá falar uma vez sobre a ata para pedir a sua retificação ou im pugnação.

§ 3º - Se o pedido de retificação não for contestado a ata será considerada aprovada com essa retificação, caso contrário, o Plenário deliberará a respeito.

§ 4º - Quando se tratar de impugnação a ata será submetida à deliberação do Plenário.

§ 5º - Aprovada a ata, será ela assinada pelo Presidente e pelo Secretário e em caso contrário, será lavrada uma nova.

§ 6º - A impugnação da ata, em hipótese alguma, excederá a hora do expediente reservada à sua apreciação.

ARTIGO 100 - Qualquer Vereador poderá requerer a inclusão na Ata das razões de seu voto, vencedor ou vencido, redigi-/das em termos concisos e sem alusões pessoais, desde que o requeri-/mento seja aprovado pelo Plenário.

ARTIGO 101 - Anualmente, a Mesa fará elaborar um Relatório completo dos trabalhos desenvolvidos pela Câmara.

Parágrafo Único - Esse relatório, síntese do movimento anual do Legislativo, com referência especial às principais ocorrências do ano, será lido na última Sessão da Sessão Legislativa.

ARTIGO 102 - A ata da última sessão de cada Legislatura será redigida e submetida à votação, com qualquer número, antes de se encerrar a Sessão.

TITULO VI

DAS PROPOSIÇÕES

CAPITULO I

DAS PROPOSIÇÕES EM GERAL

ARTIGO 103 - Proposição é toda a matéria sujeita à deliberação da Câmara ou consistente em sugestão aos poderes públi-/cos, redigida com clareza e precisão, versando sobre projetos de resolução, de decreto legislativo, de lei, requerimentos, moções, substitutivos, emendas, sub-emendas ou indicações.

Parágrafo Único - O autor da proposição deverá justificá-la ou fundamentá-la, por escrito ou verbalmente:

I - por escrito, quando se tratar de projeto de resolução, de decreto legislativo, de projeto de lei e moções;

II - por escrito ou verbalmente, quando se tratar das demais proposições.

ARTIGO 104 - A Mesa deixará de aceitar qualquer proposição:

a-) sobre assunto alheio à competência da Câmara;

b-) que delegue a outro poder atribuições privativas / do Legislativo;

c-) anti-regimentares;

d-) que seja redigida de modo que não se saiba, pela / simples leitura, qual a providência objetivada;

e-) que fazendo menção a cláusula de contrato ou de / concessão, não os transcreva por extenso;

f-) que seja apresentada por Vereador ausente à Sessão;

g-) que tenha sido apresentada antes de transcorrido o prazo regimentar disposto no artigo 108;

h-) que contenha expressão ofensiva a quem quer que seja.

Parágrafo Único - Da decisão da Mesa, nos casos das letras a, b, c, d, poderá o autor recorrer ao Plenário, até 24 / (vinte e quatro) horas antes da Sessão Ordinária seguinte, quando o recurso será lido e discutido.

ARTIGO 105 - Todas as proposituras serão numeradas por folhas subpostas, cronologicamente, a partir da inicial e rubricadas por funcionário da Secretaria.

ARTIGO 106 - Quando, por extravio ou retenção indevida, não for possível o andamento de qualquer proposição, vencidos os prazos regimentares, fará a Mesa reconstituir o processo pelos meios' a seu alcance e providenciará para sua tramitação ulterior.

ARTIGO 107 - Salvo nos casos expressamente previstos neste Regimento, nenhuma proposição será sujeita à discussão e votação, sem parecer da Comissão competente.

ARTIGO 108 - Os projetos de leis de iniciativa da Câmara, quando rejeitados ou não sancionados, só poderão ser renovados' em outra Sessão Legislativa, salvo se reapresentados pela maioria absoluta dos membros da Câmara.

CAPITULO II

DOS PROJETOS

SECÇÃO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

ARTIGO 109 - A Câmara exerce a sua função legislativa por meio de projetos:

I - de resolução;

II - de decreto legislativo;

III - de lei.

ARTIGO 110 - São requisitos dos projetos:

a-) a ementa enunciativa do seu objeto;

b-) divisão em artigos numerados, claros e concisos;

c-) menção de revogação das disposições em contrário , quando for o caso;

d-) assinatura dos respectivos autores;

e-) conter tão somente a enunciação da vontade legislativa, de acordo com a respectiva ementa.

ARTIGO 111 - Nenhum projeto poderá conter:

a-) disposições estranhas ao seu objeto;

b-) artigos que se oponham uns aos outros;

c-) matéria colidente dentro do mesmo artigo.

ARTIGO 112 - Os projetos lidos no expediente serão encaminhados à Comissão de Justiça e Redação e às demais Comissões / que devam sobre eles opinar.

SECÇÃO II

DOS PROJETOS DE RESOLUÇÃO

ARTIGO 113 - São objeto de projetos de resolução:

I - destituição dos membros da Mesa;

II - julgamento dos recursos de sua competência;

III - assuntos de economia interna da Câmara.

ARTIGO 114 - Os projetos de resolução sobre assuntos de economia interna do Legislativo, apresentados pela Mesa, considerados objeto de deliberação, entram em Ordem do Dia da Sessão seguinte, com ou sem parecer das Comissões competentes.

Parágrafo Único - Sendo o projeto aprovado com emendas, será encaminhado à Mesa, para redação final, pelo prazo de 3 (três) dias.

SECÇÃO III

DOS PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO

ARTIGO 115 - Projeto de Decreto Legislativo é a proposição que regula matéria de competência privativa da Câmara, não sujeita à sanção do Prefeito.

Parágrafo Único - Constitui matéria de projeto de decreto legislativo:

I - perda de mandato de Prefeito, Vice-Prefeito

e Vereador;

II - julgamento das Contas do Prefeito, da Mesa' e de outras entidades municipais;

III - aprovação de convênios e outros ajustes celebrados pelo Executivo "ad referendum" da Câmara;

IV - fixação de subsídios do Prefeito, verba de representação do Vice-Prefeito, da Presidência da Câmara e subsídios e remuneração dos Vereadores;

V - "referendum" de nomeações ou outros atos do Executivo sujeitos à manifestação da Câmara;

VI - concessão de título de cidadania ou qualquer outra honraria ou homenagem.

ARTIGO 116 - O Projeto de Decreto Legislativo será elaborado pela / Mesa, por Comissão competente ou por Vereador.

SECÇÃO IV

DOS PROJETOS DE LEI

ARTIGO 117 - Projeto de Lei é a proposição que tem por objetivo regularizar a matéria legislativa da competência da Câmara sujeita à sanção do Prefeito.

ARTIGO 118 - A iniciativa dos projetos de lei cabe a qualquer Vereador, à Mesa da Câmara ou ao Prefeito.

SECÇÃO V

DOS PROJETOS DE INICIATIVA DO PREFEITO

ARTIGO 119 - Compete privativamente ao Prefeito a iniciativa de projetos de lei sobre:

1 - matéria financeira;

2 - criem cargos, funções ou empregos públicos e aumentem vencimentos ou vantagens dos servidores;

3 - importem em aumento da despesa ou diminuição da' receita;

4 - regime jurídico de seus servidores.

§ 1º - Não serão admitidas emendas que aumentem a despesa ou diminuam a receita prevista.

§ 2º - E considerado rejeitado o projeto que não for considerado objeto de deliberação e, em conseqüência, será arquivado.

ARTIGO 120 - Findo o prazo a que se refere o artigo 49, § 4º, com / parecer ou sem ele, o projeto será incluído em Ordem / do Dia da primeira Sessão Ordinária subseqüente, distribuídas cópias da matéria, na íntegra, a todos os Vereadores.

ARTIGO 121 - A segunda discussão e votação do projeto deverão ser realizadas na primeira Sessão Ordinária seguinte, salvo hipótese de convocação de Sessão Extraordinária para tal fim.

ARTIGO 122 - Os projetos de que trata esta Secção permanecerão na Secretaria da Câmara, sendo vedada a sua retirada, por qualquer Vereador, sob qualquer pretexto.

ARTIGO 123 - Somento no caso de requerimento aprovado pelo Plenário é que o projeto estará sujeito à redação final.

ARTIGO 124 - Esgotado o prazo estabelecido no artigo 26 e seu § 1º, da Lei Orgânica dos Municípios, o projeto será tido como aprovado, devendo o Presidente da Câmara comunicar o fato ao Pre-/ feito em quarenta e oito horas, sob pena de destituição.

CAPITULO III

DOS REQUERIMENTOS

ARTIGO 125 - Requerimento é a proposição dirigida ao Presidente ou por seu intermédio, na forma do pedido, sobre matéria' da competência da Câmara, por qualquer Vereador ou Comissão.

§ 1º - Quanto à competência para decidí-los, os requerimentos são / de duas espécies:

a-) sujeitos apenas aos despachos do Presidente;

b-) sujeitos à deliberação do Plenário.

§ 2º - Quanto ao aspecto formal, os requerimentos são:

a-) verbais;

b-) escritos.

ARTIGO 126 - Serão verbais ou escritos e resolvidos pelo Presidente a cuja alçada pertencerem os requerimentos sobre:

1-) a palavra ou a desistência dela;

2-) permissão para falar sentado;

3-) posse de Vereador ou Suplente;

4-) leitura de qualquer matéria sujeita ao conhecimento do Plenário;

5-) observância de disposição regimentar;

6-) retirada, por qualquer Vereador, de requerimento / verbal ou escrito;

7-) retirada, pelo autor, de proposição com parecer / contrário ou sem parecer;

8-) verificação de votação ou de presença;

9-) informação sobre trabalhos em pauta ou sobre a Ordem do Dia;

10-) requisição de livro, documento ou publicação existente na Câmara sobre proposição em discussão;

11-) preenchimento de lugar em Comissão;

12-) inclusão em Ordem do Dia de proposição em condi-/ ções regimentares de nela figurar;

13-) justificação de voto;

14-) votação nominal;

15-) renúncia de membro da Mesa;

16-) designação de relator especial;

17-) juntada ou desentranhamento de documento;

18-) informações oficiais.

ARTIGO 127 - Serão verbais ou escritos e de alçada do Plenário, os' requerimentos que tiverem por objetivo:

1-) prorrogação de Sessão de Câmara por prazo certo / para prosseguimento de discussão de proposição em Ordem do Dia, ou para que o orador inicie ou termine explicação pessoal;

2-) dispensa de discussão, publicação e impressão de qualquer proposição;

3-) destaque de parte de proposição, principal ou acessória para o fim de ser apreciada em separado;

4-) discussão e votação de proposição por títulos, capítulos, grupos de artigos, artigos ou emendas;

5-) votação por determinado processo;

6-) encerramento de discussão;

7-) voto de aplauso, regozijo, louvor ou congratula-/ ções por ato público ou acontecimento de alta significação;

8-) voto de pesar por falecimento;

9-) manifestação de motivo de luto nacional ou pesar' por falecimento de pessoa que haja ocupado lugar' de destaque na vida pública do país;

10-) representação da Câmara mediante comissão externa;

11-) constituição de Comissão Especial nos termos dos' artigos 55 e 56;

12-) remessa a determinada Comissão de papel despachado a outra;

13-) inserção nos anais de publicação ou de documento' não oficial;

14-) redução de interstício para permanência de proposição em pauta;

15-) retirada de proposição principal ou acessória, / com parecer favorável;

16-) convocação de Secretário ou outro agente administrativo do Município;

17-) informações solicitadas ao Prefeito ou por seu intermédio;

18-) informações solicitadas a outras entidades públicas ou particulares.

§ 1º - Esses requerimentos devem ser apresentados no Expediente da Sessão, lidos e encaminhados para as providências solicitadas, se nenhum Vereador manifestar a intenção de discutí-los.

§ 2º - Manifestando qualquer Vereador a intenção de discutir, serão os requerimentos encaminhados à Ordem do Dia da Sessão seguinte, salvo quando se tratar de Requerimento em regime de urgência, que será encaminhado à Ordem do Dia da mesma Sessão.

§ 3º - A discussão de Requerimento de urgência se procederá na Ordem do Dia da mesma Sessão em que foi apresentado.

§ 4º - Aprovada a urgência, a discussão e votação serão realizadas' imediatamente.

§ 5º - Denegada a urgência, passará o Requerimento para a Ordem do Dia da Sessão seguinte.

§ 6º - O Requerimento que solicitar inserção em ata de documentos / não oficiais, somente será aprovado, sem discussão, por 2/3- (dois terços) dos Vereadores presentes no momento de sua votação.

ARTIGO 128 - Durante a discussão da pauta da Ordem do Dia, excetuados os requerimentos expressos nos ítens 7, 11, 13, / 17 e 18 do artigo anterior, os demais podem ser apresentados, desde / que se refiram à matéria em discussão.

ARTIGO 129 - Os Requerimentos ou petições de interessados não Vereadores, serão lidos no Expediente, a juízo do Presidente, e encaminhados pelo Presidente ao Prefeito ou às Comissões.

CAPITULO IV

DAS MOÇÕES

ARTIGO 130 - Moção é a proposição em que é sugerida a manifestação da Câmara sobre determinado assunto, aplaudindo ou reprovando.

§ 1º - As Moções, redigidas com clareza e precisão, devem concluir necessariamente pelo texto que será objeto de apreciação do Plenário.

§ 2º - Lida no Expediente, a Moção será encaminhada à Comissão de Justiça e Redação.

ARTIGO 131 - Com parecer ou sem ele, será a Moção incluída na Ordem do Dia da Sessão subseqüente, sujeita a uma só votação.

Parágrafo Único - Caso haja a Moção recebido emendas que alterem substancialmente seu conteúdo, estará sujeita a nova apreciação da Comissão de Justiça e Redação, volvendo em seguida ao Plenário.

ARTIGO 132 - Se a Moção contiver a assinatura da maioria absoluta dos Vereadores, será considerada de urgência e incluída na Ordem do Dia da mesma Sessão e o parecer da Comissão de Justiça e Redação será proferido verbalmente, antes de ser posta em discussão.

ARTIGO 133 - As representações de outras Edilidades, solicitando a manifestação da Câmara sobre qualquer assunto, serão lidas no expediente e encaminhadas à Comissão de Justiça e Redação, que deverá opinar sobre o aspecto jurídico e o mérito, solicitando o pronunciamento de qualquer outra Comissão, quando julgar necessário.

CAPITULO V

DOS SUBSTITUTIVOS, EMENDAS E SUB-EMENDAS

ARTIGO 134 - Substitutivo é o projeto de lei, de decreto legislativo ou de resolução apresentado pelo Vereador ou Comissão para substituir outro já apresentado sobre o mesmo assunto.

§ 1º - Os substitutivos serão juntados ao processo formado pela propositura nos termos do artigo 111 e somente poderão ser

apresentados na primeira discussão.

§ 2º - Não é permitido ao Vereador apresentar substitutivo parcial' ou mais de um substitutivo sobre o mesmo assunto.

ARTIGO 135 - Emenda é a correção apresentada a um dispositivo de / projeto de lei, de decreto legislativo ou de resolução.

Parágrafo Único - As emendas podem ser supressivas, substitutivas e modificativas, indicando pela sua natureza o fim visado.

ARTIGO 136 - Sub-emenda é a emenda apresentada a outra emenda.

Parágrafo Único - A emenda ou sub-emenda rejeitada em primeira discussão não poderá ser renovada em segunda discussão.

ARTIGO 137 - Somente na fase da primeira discussão podem ser apre-/ sentadas emendas ou sub-emendas aos projetos de iniciativa do Prefeito, sempre submetidas à apreciação da Comissão de Justiça e Redação, sendo consideradas rejeitadas quando receberem parecer' contrário quanto ao mérito.

ARTIGO 138 - Não serão aceitos substitutivos, emendas ou sub-emen-/ das que não tenham relação direta ou imediata com matéria da proposição principal.

§ 1º - O autor da propositura que receber substitutivo, emenda ou sub-emenda estranhos ao seu objetivo, terá o direito de re-/ clamar contra a sua admissão, competindo ao Presidente decidir sobre a reclamação e cabendo recurso para o Plenário da decisão do Presidente.

§ 2º - Idêntico recurso para o Plenário terá o autor da emenda no / caso de sua rejeição pelo Presidente.

CAPITULO VI

DAS INDICAÇÕES

ARTIGO 139 - Indicação é a proposição em que o Vereador sugere medidas de interesse público aos poderes competentes.

ARTIGO 140 - As Indicações serão lidas na hora do Expediente e encaminhadas a quem de direito, independentemente de deliberação do Plenário.

Parágrafo Único - Se o Presidente entender que a Indicação não deva ser encaminhada, dará conhecimento da decisão ao autor e solicitará o pronunciamento da Comissão de Justiça e Redação.

CAPITULO VII

DA RETIRADA DAS PROPOSIÇÕES

ARTIGO 141 - O autor poderá solicitar, em qualquer fase de elaboração legislativa, a retirada de proposição de sua autoria.

ARTIGO 142 - São considerados prejudicados e, como tais, mandados' arquivar pela Mesa, os projetos de lei, resolução, moção e decreto legislativo, da legislatura anterior, que, por qualquer motivo tenham sido paralizados até a vigência desta Resolução, ainda dependendo de deliberação do Plenário.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo não se aplica aos projetos de lei propostos pelo Poder Executivo.

TITULO VII

DOS DEBATES E DELIBERAÇÕES

CAPITULO I

DAS DISCUSSÕES

ARTIGO 143 - Discussão é a fase dos trabalhos destinada aos debates em Plenário.

Parágrafo Único - Os projetos de lei serão submetidos, obrigatoriamente, a duas discussões, além da redação final quando for o caso.

ARTIGO 144 - Sofrerão apenas uma discussão:

1-) os projetos de resolução, salvo o disposto no artigo 209, § 2º;

2-) os projetos de iniciativa do Prefeito em que tenha sido solicitado regime de urgência;

3-) os projetos de decreto legislativo;

4-) os requerimentos;

5-) os pareceres;

6-) os vetos;

7-) as moções.

Parágrafo Único - Havendo mais de uma proposição sobre o mesmo assunto, a discussão obedecerá a ordem cronológica de apresentação no protocolo.

ARTIGO 145 - Na primeira discussão debater-se-á cada artigo do projeto separadamente.

§ 1º - Apresentado substitutivo por Comissão ou por qualquer Ve-

reador suspender-se-á a discussão, na mesma Sessão, voltando a propo situra à Comissão ou às Comissões para receber parecer sobre o substitutivo apresentado ou a critério dos respectivos relatores, respeitando o prazo das Comissões.

§ 2º - As emendas e sub-emendas serão aceitas, discutidas e, se aprovadas, o projeto com as emendas será encaminhado à Comissão de Justiça e Redação para ser de novo redigido conforme o aprovado.

§ 3º - A requerimento de qualquer Vereador, aprovado pelo Plenário poderá o projeto ser discutido englobadamente.

§ 4º - Encerrada a discussão é vedada a apresentação de substitutivos, emendas ou sub-emendas à propositura em discussão.

ARTIGO 146 - Não será permitida a realização de segunda discussão' de uma proposição na mesma Sessão em que se verificou a primeira.

Parágrafo Único - A segunda discussão somente será realizada na / mesma data no caso de Sessão Extraordinária solicitada por 2/3 (dois terços) dos Vereadores presentes.

ARTIGO 147 - Na discussão em Ordem do Dia cada orador só poderá falar uma vez e também somente poderá solicitar um aparte a cada orador.

ARTIGO 148 - Os debates deverão realizar-se com dignidade e ordem, cumprindo aos Vereadores atender às seguintes determinações:

1-) falar em pé, salvo quando enfermo, solicitar autorização para falar sentado;

2-) dirigir-se sempre ao Presidente ou à Câmara, voltado para a Mesa, salvo quando responder a apar-/ tes;

3-) não usar da palavra sem a solicitar e sem receber consentimento do Presidente;

4-) referir-se ou dirigir-se a outro Vereador pelo / tratamento de Vossa Senhoria.

ARTIGO 149 - O Vereador só poderá falar:

1-) para aprsentar retificação ou impugnação da ata;

2-) para discutir matéria em debate;

3-) no Expediente, quando inscrito;

4-) para apartear na forma regimentar;

5-) pela ordem, para apresentar questão relativa à observância de disposição regimentar ou solicitar / esclarecimento da Presidência sobre a ordem dos / trabalhos;

6-) para encaminhar votação;

7-) para justificar a urgência de requerimento;

8-) para justificar o seu voto;

9-) para explicação pessoal;

10-) para apresentar requerimentos na forma dos arti-/ gos 126 e 127.

ARTIGO 150 - O Vereador que solicitar a palavra deverá declarar em que título do artigo anterior fundamenta o pedido e / não poderá:

1-) usar da palavra com finalidade diferente do motivo alegado para solicitar;

2-) desviar-se da matéria em debate;

3-) falar sobre matéria vencida;

4-) usar de linguagem imprópria;

5-) ultrapassar o prazo que lhe competir;

6-) deixar de atender às advertências do Presidente.

ARTIGO 151 - O Presidente, por iniciativa própria ou a pedido de / qualquer Vereador, solicitará ao orador que interrompa o seu discurso nos seguintes casos:

1-) para leitura de requerimento de urgência;

2-) para comunicação importante à Câmara;

3-) para recepção de visitante;

4-) para votação de requerimento de prorrogação de / Sessão;

5-) para atender a pedido de palavra "pela ordem" sobre questão regimentar;

6-) para empossar Vereador que haja sido convocado.

ARTIGO 152 - Quando mais de um Vereador solicitar a palavra, simultaneamente, o Presidente a concederá na seguinte ordem:

1-) ao autor;

2-) ao relator;

3-) ao autor da emenda.

Parágrafo Único - Compete ao Presidente conceder a palavra alternadamente a quem seja pró ou contra a matéria em debate.

ARTIGO 153 - Nenhum Vereador poderá pedir a palavra quando houver / outro Vereador na tribuna, salvo para:

1-) levantar questão de ordem;

2-) reclamar quanto à não observância do Regimento em relação ao assunto em debate;

3-) comunicação urgente e inadiável.

Parágrafo Único - Em qualquer caso, a solicitação da palavra deve ser precedida da permissão do orador que estiver' na tribuna.

CAPITULO II

DOS APARTES

ARTIGO 154 - Aparte é a interrupção oportuna de orador para contestação, indagação ou esclarecimento, relativamente à matéria em debate, devendo ser cortês e breve, nunca excedente de dois minutos.

§ 1º - O Vereador só poderá apartear o orador, se este o consentir.

§ 2º - Quando o orador negar o direito de apartear, não lhe é permitido dirigir-se diretamente aos demais Vereadores.

ARTIGO 155 - Não serão permitidos apartes:

1-) à palavra do Presidente, conforme o disposto neste Regimento;

2-) paralelos ou cruzados;

3-) por ocasião de encaminhamento de votação;

4-) quando o orador declarar que não o permite;

5-) quando o orador estiver falando " pela ordem";

6-) durante a justificativa de voto;

7-) durante a Explicação Pessoal.

Parágrafo Único - Não serão consignados em ata os apartes proferi-/ dos em desacordo com o disposto neste Regimento.

CAPITULO III

DOS PRAZOS

ARTIGO 156 - Salvo disposições expressas em contrário, o Vereador / poderá falar pelo prazo de:

1-) cinco minutos para apresentar retificação ou impugnação da ata;

2-) cinco minutos para falar no Pequeno Expediente;

3-) quinze minutos para falar em Explicação Pessoal;

4-) cinco minutos para exposição de urgência de Requerimento;

5-) quinze minutos para discussão de proposição em 1ª discussão ou discussão única;

6-) dez minutos para discussão de projeto em 2ª discussão;

7-) quinze minutos para discussão de projeto de decreto legislativo sobre as Contas da Mesa e do Prefeito;

8-) dez minutos para cada emenda;

9-) cinco minutos para encaminhamento de votação ou justificação de voto;

10-) cinco minutos sobre decisão de continuar secreta' a Sessão;

11-) dez minutos para discussão de requerimento ou indicação sujeita a debates;

12-) três minutos para falar pela ordem;

13-) dois minutos para aprtear;

14-) dez minutos para discussão de parecer sobre Veto e Moção.

§ 1º - O autor e o relator, em cada discussão, poderão falar duas vezes e pelo mesmo prazo a que tem direito os demais Vereadores de cada vez, falando a segunda vez ao findar-se a discussão, para prestar esclarecimentos solicitados no decorrer dos debates.

§ 2º - Sobre a redação final só poderá falar um Vereador de cada / bancada, além dos relatores.

§ 3º - É lícito ao Vereador, depois de inscrito, ceder a outro Vereador, em todo ou em parte, o tempo a que tiver direito, ficando, neste caso, prejudicada a sua inscrição não mais lhe cabendo o direito de falar na mesma fase da discussão, a não ser pelo restante' do tempo a que tiver direito.

§ 4º - Não será permitido ao Vereador discutir qualquer propositura por mais de uma vez, ressalvado o disposto no § 1º.

CAPITULO IV

DA URGÊNCIA, DA PREFERÊNCIA, DO ADIAMENTO, DA VISTA E DO ENCAMINHAMENTO DA DISCUSSÃO

ARTIGO 157 - Urgência é a dispensa das exigências regimentares para discussão e votação de proposição, salvo as exigências de parecer e de número legal.

§ 1º - O parecer somente poderá ser dispensado em caso de Sessão Extraordinária convocada por motivo de extrema urgência.

§ 2º - A concessão de urgência dependerá de apresentação de requerimento, devidamente justificado, que deverá ser aprovado pela maioria absoluta dos Vereadores presentes.

§ 3º - A concessão de urgência em projetos de lei, resolução e decreto legislativo somente será permitida quando o requerimento for apresentado:

1-) pela Mesa em proposição de sua autoria;

2-) por Comissão em assunto de sua competência;

3-) por 1/3 (um terço) dos Vereadores.

ARTIGO 158 - Preferência é a prioridade na discussão ou na votação' de uma propositura sobre outra.

§ 1º - A sua solicitação deverá ser fundamentada em requerimento escrito ou verbal.

§ 2º - As emendas têm preferência na votação, na seguinte ordem:

1-) a supressiva sobre as demais;

2-) a substitutiva sobre a proposição a que se referir, bem como as aditivas e modificativas;

3-) A de Comissão, na ordem dos números anteriores, sobre a dos Vereadores.

ARTIGO 159 - Os substitutivos têm preferência na apreciação na ordem inversa à sua apresentação, e o substitutivo único tem preferência sobre a proposição original.

ARTIGO 160 - Adiamento da discussão de qualquer proposição é sua retirada da pauta da Ordem do Dia com transferência para outra oportunidade de sua apreciação pelo Plenário.

Parágrafo Único - O requerimento de adiamento obedecerá o seguinte:

1-) a sua apresentação não pode interromper o orador que estiver com a palavra;

2-) o pedido de adiamento é por tempo determinado e não poderá ser aceito se a proposição tiver

sido declarada em regime de urgência ou matéria aprazada pelo autor;

3-) apresentados dois requerimentos de adiamento, será votado, de preferência, o que marcar menor prazo.

ARTIGO 161 - O pedido de vistas para estudos será requerido por qualquer Vereador e deliberado pelo Plenário, apenas com encaminhamento de votação, desde que a proposição não tenha sido declarada em regime de urgência ou aprazada pelo autor.

Parágrafo Único - O prazo máximo de vista é de cinco dias, sendo que nos projetos de iniciativa do Prefeito o prazo máximo é de 24 (vinte e quatro) horas, sem que os projetos possam sair / da Secretaria.

ARTIGO 162 - O encerramento da discussão de qualquer propositura / dar-se-á pela ausência de oradores, pelo decurso de prazos regimentares ou por requerimento aprovado pelo Plenário.

§ 1º - Somente será permitido requerer encerramento da discussão / após terem falado dois Vereadores Favoráveis e dois Contrários, entre os quais o autor, salvo desistência expressa.

§ 2º - O pedido de encerramento não é sujeito à discussão, devendo / ser votado pelo Plenário.

CAPITULO V

DAS VOTAÇÕES

SECÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

ARTIGO 163 - A votação é o ato complementar do turno regimentar e nenhum projeto passará de uma discussão para outra sem que, encerrada a anterior, seja votado e aprovado.

§ 1º - A votação deverá ser feita logo após o encerramento da discussão.

§ 2º - As votações só serão interrompidas por falta de número.

§ 3º - Quando se esgotar o tempo destinado à Sessão, este será considerado prorrogado até ser concluída a votação da matéria / em debate, tanto nas Sessões Ordinárias quanto nas Extraordinárias.

§ 4º - Rejeitado o projeto em 1ª discussão, será determinado o seu arquivamento.

§ 5º - Durante as votações nenhum Vereador deverá se ausentar do / Plenário.

ARTIGO 164 - O Vereador presente à Sessão não poderá escusar-se de votar. Deverá, entretanto, abster-se de opinar e votar em assunto de seu interesse pessoal, sob pena de nulidade da votação, se o seu voto for decisivo.

ARTIGO 165 - As deliberações da Câmara serão tomadas sempre por / maioria simples de votos, presentes no mínimo a maioria absoluta dos membros da Câmara, excetuados os casos expressos / neste Regimento.

ARTIGO 166 - Dependem de voto de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara:

I - as leis concernentes a:

a-) aprovação e alteração do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município;

b-) concessão de serviços públicos;

c-) concessão de direito real de uso;

d-) alienação de bens imóveis;

e-) aquisição de bens imóveis por doação ou encargo;

f-) alteração de denominação de próprios, vias, logradouros públicos;

g-) obtenção de empréstimo de particular.

II - realização de Sessão Secreta;

III - rejeição de veto e do projeto de lei orçamentária;

IV - rejeição de parecer prévio do Tribunal de Contas;

V - concessão de título de cidadão honorário ou de qualquer outra honraria;

VI - aprovação de representação solicitando alteração do nome do Município;

VII - destituição de componentes da Mesa;

VIII - deliberação sobre cassação de mandato de Vereador e "impeachment" do Prefeito nos casos / previstos em lei.

ARTIGO 167 - Dependem do voto favorável da maioria absoluta dos / membros da Câmara a aprovação e alteração das seguintes matérias: I - regimento interno da Câmara;

II - código de obras e edificações;

III - estatutos dos servidores municipais;

IV - código tributário do município;

V - criação de cargos públicos e aumento de venci-/ mentos de servidores.

SECÇÃO II

DOS PROCESSOS DE VOTAÇÃO

ARTIGO 168 - Os processos de votação são dois: simbólico e nominal.

ARTIGO 169 - O processo simbólico praticar-se-á conservando-se como se encontram os Vereadores que aprovam e levantando-se os que rejeitam a proposição.

§ 1º - Ao anunciar o resultado da votação, o Presidente declarará' quantos Vereadores votaram favoravelmente ou em contrário.

§ 2º - Havendo dúvida sobre o resultado, o Presidente pode pedir aos Vereadores que se manifestem novamente.

§ 3º - O processo simbólico será a regra geral para as votações somente sendo preterido por impositivo legal ou a requerimento aprovado pelo Plenário.

§ 4º - Do resultado da votação simbólica qualquer Vereador poderá' requerer verificação mediante votação nominal, admitida somente uma vez.

ARTIGO 170 - A votação nominal se processará pela chamada dos presentes pelo Secretário, em ordem alfabética, devendo' os Vereadores responder sim ou não, conforme foram favoráveis ou contrários à proposição.

Parágrafo Único - O Presidente proclamará o resultado mandando ler os nomes dos Vereadores que tenham votado sim e dos que tenham votado não.

ARTIGO 171 - O voto será sempre público nas deliberações da Câmara, salvo nos seguintes casos:

1-) no julgamento de seus pares, do Prefeito e do Vice-Prefeito;

2-) na eleição dos membros da Mesa e dos substitutos, bem como no preenchimento de qualquer vaga.

ARTIGO 172 - Havendo empate nas votações, caberá o desempate ao / Presidente, que fica obrigado a declarar o seu voto / logo em seguida à votação.

SECÇÃO III

DO METODO DA VOTAÇÃO

ARTIGO 173 - Na primeira discussão, a votação será feita artigo / por artigo, ainda que se tenha discutido englobadamente o projeto.

ARTIGO 174 - Na segunda discussão, a votação será feita sempre englobadamente, salvo quanto às emendas que serão votadas uma a uma.

ARTIGO 175 - Destaque é o ato de separar o texto de uma proposição para possibilitar a sua apreciação isolada pelo Plenário.

ARTIGO 176 - Justificativa de voto é a declaração feita pelo Vereador sobre as razões do seu voto.

ARTIGO 177 - Anunciada uma votação, poderá o Vereador pedir a palavra para encaminhá-la, ainda que se trate de matéria não sujeita à discussão.

Parágrafo Único - A palavra para encaminhamento de votação será concedida, preferencialmente, ao autor e ao relator.

CAPITULO VI

DA QUESTÃO DE ORDEM

ARTIGO 178 - Questão de ordem é toda a dúvida fundada, levantada / em Plenário, quanto à interpretação do Regimento, na sua aplicação ou sobre sua legalidade.

§ 1º - As questões de ordem devem ser formuladas com clareza e com indicação precisa das disposições regimentares que se pretenda elucidar.

§ 2º - Não observando o propositor o disposto neste artigo, poderá o Presidente indeferir de plano a sua pretensão e não tomar em consideração a questão levantada.

ARTIGO 179 - Cabe ao Presidente resolver, soberanamente, as questões de ordem, não sendo lícito a qualquer Vereador / opor-se à decisão ou criticá-la na Sessão em que for proferida.

Parágrafo Único - Cabe, entretanto, ao Vereador, recurso da decisão, que será processado na forma prevista neste Regimento.

ARTIGO 180 - Provido o recurso pelo Plenário, os atos realizados / em desacordo com o que foi nele decidido são havidos'

como inexistentes.

ARTIGO 181 - Em qualquer fase da Sessão poderá o Vereador pedir a palavra pela ordem para fazer reclamação quanto à aplicação do Regimento, desde que se observe o disposto no artigo 178 e / seu parágrafo 1º.

CAPITULO VII

DA REDAÇÃO FINAL

ARTIGO 182 - Terminada a fase de votação, será a proposição, com as emendas aprovadas, enviada à Comissão de Justiça e Redação para elaborar a redação final de acordo com o deliberado.

Parágrafo Único - Excetuam-se do disposto neste artigo:

a-) os projetos de lei orçamentária, de decreto / legislativo, de prestação de contas do Prefeito e da Mesa, que serão encaminhados à Comissão de Finanças e Orçamento;

b-) os projetos de resolução modificando o Regi-/ mento Interno ou tratando de economia interna da Câmara, que serão enviados à Mesa;

c-) os projetos de iniciativa do Prefeito;

d-) os projetos aprovados sem emendas ou modificações no seu texto original.

ARTIGO 183 - A redação final será discutida e votada na Sessão imediata, após sua conclusão, salvo requerimento de dis-/ pensa de interstício regimentar, proposto e aprovado.

§ 1º - Aceita a dispensa do interstício, a redação será feita na / mesma Sessão pela Comissão, com a maioria de seus membros, / devendo o Presidente da Câmara designar outros membros para a Comissão quando ausentes do Plenário os titulares.

§ 2º - Aprovada a emenda pelo Plenário, voltará a proposição à Co-/ missão para nova redação final.

ARTIGO 184 - Verificado, na fase da redação final, erro substancial no projeto, não poderá o mesmo receber emendas que alterem a substância, podendo, entretanto, o projeto ser rejeitado.

Parágrafo Único - Rejeitado, só poderá ser novamente apresentada a proposição, após decorrido o prazo regimentar.

TITULO VIII

DA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA ESPECIAL

CAPITULO I

DO ORÇAMENTO

ARTIGO 185 - Recebida a proposta orçamentária, até 30 de setembro' de cada ano, a Mesa remeterá à Comissão de Finanças e Orçamento para opinar sobre a mesma.

§ 1º - A Comissão de Finanças e Orçamento tem o prazo de 15 (quinze) dias para exarar parecer.

§ 2º - O projeto de lei orçamentária somente poderá receber emendas, na Comissão de Finanças e Orçamento, nos primeiros cinco dias da data de recebimento.

§ 3º - Não será objeto de deliberação a emenda da qual decorra aumento da despesa global ou de cada órgão, fundo, projeto ou programa, ou vise modificar-lhe o montante, a natureza ou objetivo.

§ 4º - O pronunciamento da Comissão de Finanças sobre as emendas é conclusivo, salvo se um terço dos membros da Câmara requerer a votação em Plenário, que se fará sem discussão, da emenda aprovada ou rejeitada.

ARTIGO 186 - Oferecido o parecer pela Comissão de Finanças e Orçamento e voto em separado, se houver, serão publicados e distribuídos aos Vereadores, entrando o projeto para a Ordem do / Dia da Sessão seguinte.

ARTIGO 187 - Aprovado o projeto e as emendas, em segunda discussão voltarão à Comissão de Finanças e Orçamento que terá o prazo de 5 (cinco) dias para colocá-las na devida ordem, para ser enviado à sanção.

ARTIGO 188 - As Sessões em que se discutir o orçamento terão Ordem do Dia reservada, exclusivamente, a esta matéria e o' expediente ficará reduzido a uma hora.

Parágrafo Único - A Câmara funcionará, se necessário, em Sessões / Extraordinárias, de modo que a votação do orçamento esteja concluída até o dia 30 de novembro.

ARTIGO 189 - No projeto de lei orçamentária não poderão figurar / disposições que:

a-) não indiquem, especificamente, o total da receita cuja arrecadação se autoriza;

b-) não correspondam à tributação vigente;

c-) consignem despesas para exercício diverso daquele' que a Lei vai reger;

d-) autorizem ou consignem dotação para função ou cargo efetivo ou não, serviço ou repartição, não criados anteriormente por Lei;

e-) sobre matéria que, por sua natureza, deva constituir objeto de lei especial.

ARTIGO 190 - Se até 30 de novembro a Câmara não devolver o projeto' de lei orçamentária para sanção, se não tiver sido rejeitado, será promulgado como lei o projeto originário do Executivo.

Parágrafo Único - Somente pelo voto de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara pode ser rejeitado o projeto de lei orçamentária.

ARTIGO 191 - O Orçamento vigente considerar-se-á prorrogado se for' rejeitado pela Câmara o projeto original do Executivo.

ARTIGO 192 - O veto total ou parcial ao projeto de lei orçamentária deverá ser apreciado dentro do prazo de 10 (dez) dias.

CAPITULO II

DA TOMADA E JULGAMENTO DE CONTAS DO PREFEITO

ARTIGO 193 - Recebida a prestação de contas e o balanço geral com o parecer do Tribunal de Contas, a Mesa os enviará à Comissão de Finanças e Orçamento para opinar sobre os mesmos, apresentando o respectivo projeto de decreto legislativo, para ser apreciado no prazo de noventa dias.

§ 1º - A Comissão de Finanças e Orçamento terá o prazo improrrogável de dez dias para exarar seu parecer.

§ 2º - Se a Comissão de Finanças e Orçamento não exarar o parecer no prazo indicado no parágrafo anterior, o Presidente designará uma Comissão Especial de três Vereadores para o fazer no prazo improrrogável de cinco dias.

§ 3º - Exarado o parecer da Comissão de Finanças e Orçamento, a Mesa o fará publicar por cópia, ficando o processo à disposição dos Vereadores pelo prazo de três dias, para exame.

ARTIGO 194 - Para emitir seu parecer a Comissão de Finanças e Orçamento, ou a Comissão Especial, poderá solicitar o pronunciamento de qualquer outra ou de técnicos contratados ou convidados.

Parágrafo Único - A Comissão deverá vistoriar as obras e serviços, examinar processos, documentos, papéis, nas repartições da Prefeitura, caso julgue necessário à conferência das contas apresentadas; poderá também solicitar esclarecimentos complementares' ao Prefeito para aclarar pontos obscuros.

ARTIGO 195 - O projeto de decreto legislativo da Comissão de Finanças e Orçamento ou da Comissão Especial, relativo à / prestação de Contas, será submetido a uma única discussão e votação / pública na Sessão imediata à apresentação do parecer da Comissão, que será exclusivamente reservada para este fim.

§ 1º - É permitido apresentar emendas ao projeto de decreto legislativo.

§ 2º - Encerrada a discussão, será o projeto de decreto legislativo imediatamente votado.

§ 3º - O parecer do Tribunal de Contas somente poderá ser rejeitado por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara.

§ 4º - Na discussão do decreto legislativo, o Vereador terá o prazo de 15 (quinze) minutos para discutir.

ARTIGO 196 - Se não for aprovada pelo Plenário a prestação de Contas no todo ou em parte, o decreto legislativo correspondente indicará suscintamente os motivos da rejeição.

§ 1º - Rejeitadas as Contas por votação ou pelo decurso de prazo, a Mesa encaminhará o processo ao Ministério Público, para fins legais.

§ 2º - Incumbe à Mesa, no prazo de quarenta e oito horas, tomar as providências deliberadas pelo Plenário.

CAPITULO III

DA TOMADA E JULGAMENTO DAS CONTAS DA MESA DA CÂMARA MUNICIPAL

ARTIGO 197 - As Contas da Mesa se comporão de:

I - balancetes mensais com relação das verbas recebidas e aplicação das mesmas, a serem apresentadas, até o dia vinte ao mês seguinte ao vencido;

II - balanço anual, geral, a ser encaminhado ao Prefeito até o dia 1º de março do exercício seguinte.

ARTIGO 198 - Os balancetes e o balanço geral serão assinados pela / Mesa, pelo Diretor Geral da Secretaria e pelo Contador, afixados na Secretaria da Câmara para conhecimento público.

ARTIGO 199 - Recebidos a prestação de Contas e o balanço geral com' o parecer do Tribunal de Contas, serão dados ao conhecimento do Plenário e encaminhados à Comissão de Finanças e Orçamento para parecer e redação do decreto legislativo, a ser apreciado no prazo de noventa dias.

ARTIGO 200 - A Comissão de Finanças e Orçamento, de posse dos balancetes e do balanço geral, terá o prazo improrrogável / de dez dias para emitir seu parecer.

Parágrafo Único - Se a Comissão de Finanças e Orçamento não exarar' seu parecer no prazo regimentar, a Mesa designará uma Comissão Especial de três Vereadores para fazê-lo, no prazo improrrogável de cinco dias.

ARTIGO 201 - O projeto de decreto legislativo relativo às Contas da Mesa será submetido a uma única discussão e votação pública na Sessão Ordinária imediata à apresentação do parecer pela Comissão de Finanças e Orçamento ou Especial.

Parágrafo Único - O parecer do Tribunal de Contas somente poderá / ser rejeitado por decisão de 2/3 (dois terços) / dos membros da Câmara.

ARTIGO 202 - Decorrido o prazo de noventa dias sem deliberação, as Contas serão consideradas aprovadas ou rejeitadas, de acordo com a conclusão do parecer do Tribunal de Contas.

Parágrafo Único - Rejeitadas as Contas por votação ou por decurso / de prazo, a Mesa encaminhará o processo ao Ministério Público para os fins legais.

CAPITULO IV

DOS CODIGOS, CONSOLIDAÇÕES E ESTATUTOS

ARTIGO 203 - Código é a reunião de disposições legais sobre a mesma matéria, de modo orgânico e sistemático, visando estabelecer-se os princípios gerais do sistema adotado e prover completamente a matéria tratada.

ARTIGO 204 - Consolidação é a reunião das diversas Leis em vigor sobre o mesmo assunto, sem sistematização.

ARTIGO 205 - Estatuto ou Regimento é o conjunto de normas discipli-

nares fundamentais que regem a atividade de uma sociedade ou corporação.

ARTIGO 206 - Os projetos de códigos, consolidações e estatutos considerados objetos de deliberação, serão encaminhados à Comissão de Justiça e Redação.

§ 1º - Durante o prazo de trinta dias do seu recebimento pela Comissão, poderão os Vereadores encaminhar à Comissão emendas e sugestões a respeito.

§ 2º - A Comissão terá mais dez dias para exarar parecer, incorporando as emendas e sugestões que julgar convenientes.

§ 3º - Decorrido o prazo, ou antes, se a Comissão antecipar seu parecer, será o processo incluído na pauta da Ordem do Dia.

ARTIGO 207 - Na primeira discussão o projeto será discutido e votado pelo Plenário.

§ 1º - Na primeira discussão observar-se-á o preceituado na discussão dos projetos de outra natureza.

§ 2º - Aprovado em primeira discussão, voltará o projeto à Comissão de Justiça e Redação, por mais quinze dias, para incorporação das emendas aprovadas.

CAPITULO V

DOS RECURSOS

ARTIGO 208 - Os recursos contra atos do Presidente ou da Mesa, serão interpostos no prazo de dois dias, contados da ocorrência, através de petição que conterá os fatos e os fundamentos do pedido.

§ 1º - O recurso será encaminhado à Comissão de Justiça e Redação para opinar incontinenti e elaborar projeto de resolução, se / for o caso.

§ 2º - Apresentado o parecer, com o projeto de resolução ou sem ele, acolhendo ou denegando o recurso, será o mesmo submetido a / uma única discussão e votação na Ordem do Dia imediata à sua apresentação.

CAPITULO VI

DA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO

ARTIGO 209 - Qualquer alteração no Regimento Interno dependerá de / proposta escrita por meio de projeto de resolução.

§ 1º - O projeto de reforma do Regimento Interno, após recebido, será encaminhado à Comissão de Justiça e Redação para exarar / parecer.

§ 2º - Com parecer favorável da Comissão de Justiça e Redação, o / projeto será submetido a duas discussões, em dois dias de / Sessão.

ARTIGO 210 - Considerar-se-á aprovado o projeto de alteração do Regimento Interno que obtiver o voto da maioria absoluta dos membros da Câmara.

TITULO IX

DA SANÇÃO, DO VETO, DA PROMULGAÇÃO E DA PUBLICAÇÃO DAS LEIS, DECRETOS LEGISLATIVOS E RESOLUÇÕES.

ARTIGO 211 - Aprovado o projeto de lei na forma regimentar, o Presidente da Câmara, no prazo de dez dias úteis o enviará' ao Prefeito para sanção, promulgação ou veto.

§ 1º - Os originais das leis, antes de serem remetidos ao Prefeito, serão registrados em livro próprio e arquivados na Secreta-/ ria da Câmara.

§ 2º - Decorridos quinze dias úteis, o silêncio do Prefeito importará em sanção do projeto que, neste caso, será ogrigatoriamente promulgado no prazo de quarenta e oito horas e mandado publicar pelo Presidente da Câmara.

ARTIGO 212 - Usando o Prefeito do direito ao veto, no prazo legal , será o projeto ou a parte vetada submetida a uma só / discussão e votação, com parecer ou sem ele, dentro do prazo de 45 / (quarenta e cinco) dias, contados do seu recebimento.

§ 1º - Recebido o veto, será encaminhado à Comissão de Justiça e Redação que poderá solicitar a audiência de outras Comissões.

§ 2º - As Comissões têm o prazo comum, em conjunto, improrrogável , de cinco dias para se manifestarem.

§ 3º - Se a C omissão de Justiça e Redação não se pronunciar no prazo indicado, a Mesa incluirá o veto na pauta da Ordem do Dia da Sessão Ordinária imediata, designando em Sessão, uma Comissão Especial de três Vereadores para exarar parecer de plano.

ARTIGO 213 - A discussão do veto será feita englobadamente e a votação poderá ser feita por partes, se requerida e aprovada pelo Plenário.

Parágrafo Único - Rejeitado o veto a disposição vetada será promulgada e mandada publicar pelo Presidente da Câmara dentro de quarenta e oito horas.

ARTIGO 214 - Dependerá de, no mínimo, o voto de 2/3 (dois terços) / dos membros da Câmara, necessário à aprovação da disposição vetada.

ARTIGO 215 - Considerar-se-á mantido pela Câmara o veto sobre o / qual não se pronunciar no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias.

ARTIGO 216 - Os projetos de resolução e de decreto legislativo serão promulgados pelo Presidente da Câmara.

ARTIGO 217 - As fórmulas para as sanções e promulgações de leis, resoluções e decretos legislativos são as seguintes:

1-) pelo Prefeito: "A Câmara Municipal de Tremembé aprova e eu sanciono e promulgo a seguinte lei."

2-) pelo Presidente: "A Câmara Municipal de Tremembé / aprova e eu promulgo a seguinte lei (resolução ou decreto legislativo)".

ARTIGO 218 - A matéria constante de projeto de lei, rejeitado ou / não sancionado, somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma Sessão Legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara, ressalvadas as proposições de iniciativa do Prefeito.

TITULO X

DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

CAPITULO I

DA CONVOCAÇÃO DE SECRETARIOS

ARTIGO 219 - Os secretários e outros agentes administrativos pode-/ rão ser convocados pela Câmara para, no prazo de quinze dias, prestar informações sobre a matéria de sua competência administrativa, mediante ofício enviado pelo Presidente, em nome da Câmara.

ARTIGO 220 - A convocação será requerida, por escrito, por qualquer Vereador ou Comissão, devendo ser discutida e aprovada pelo Plenário.

§ 1º - O requerimento deverá mencionar claramente o motivo da convocação e as questões que serão propostas ao Secretário ou a-

gente administrativo.

§ 2º - Aprovada a convocação, o Presidente entender-se-á com o Secretário ou agente administrativo, a fim de fixar dia e hora para comparecimento, dando-lhe ciência da matéria sobre a qual versará a interpelação.

ARTIGO 221 - O Secretário ou agente administrativo poderá, espontaneamente, comparecer à Câmara para prestar esclarecimentos, após entendimento com o Presidente, que designará dia e hora para a recepção.

ARTIGO 222 - Na Sessão a que comparecer, o Secretário fará, inicialmente, uma exposição sobre as questões que lhe forem propostas, apresentando a seguir, esclarecimentos complementares a perguntas formuladas por qualquer Vereador, na forma regimentar.

§ 1º - Não se permite aos Vereadores apartear a exposição do Secretário, nem levantar questões estranhas ao assunto da convocação.

§ 2º - O Secretário terá lugar à Mesa, ao lado do Presidente.

CAPITULO II

DAS INFORMAÇÕES

ARTIGO 223 - A Câmara poderá solicitar ao Prefeito quaisquer informações sobre assuntos referentes à Administração Municipal.

Parágrafo Único - As informações serão solicitadas através de requerimento proposto por qualquer Vereador e sujeito às normas previstas no capítulo próprio deste Regimento.

ARTIGO 224 - Aprovado o Requerimento de informações pela Câmara, será o pedido encaminhado, por ofício, ao Prefeito, que tem o prazo de quinze dias, contados da data do recebimento, para prestar as informações solicitadas.

CAPITULO III

DAS SANÇÕES

ARTIGO 225 - Poderá o Prefeito perder o cargo por extinção ou cassação do mandato nos casos e na forma da legislação federal.

ARTIGO 226 - A extinção ou cassação do mandato do Prefeito e do Vice Prefeito, bem como a apuração dos crimes de responsabi-

lidade do Prefeito ou de seu substituto, ocorrerão na forma e nos casos previstos na legislação federal.

TITULO XI

DA POLICIA INTERNA

ARTIGO 227 - O policiamento do recinto da Câmara compete privativamente à Mesa e será feito normalmente pelos seus funcionários, podendo o Presidente requisitar elementos de corporações civis ou militares para manter a ordem interna.

ARTIGO 228 - Qualquer pessoa poderá assistir as Sessões da Câmara na parte do recinto que lhe é reservada, desde que:

I - apresente-se decentemente trajado;

II - não porte armas;

III - conserve-se em silêncio;

IV - não manifeste apoio ou desaprovação ao que se passa em Plenário;

V - respeite os Vereadores e os funcionários da Casa;

VI - atenda às determinações da Mesa;

VII - não interpele em termos desrespeitosos aos Vereadores.

§ 1º - Pela inobservância destes preceitos, poderão os assistentes ser obrigados pela Mesa a se retirarem imediatamente do recinto, sem prejuízo de outras medidas.

§ 2º - A Mesa poderá determinar a retirada de todos os assistentes, se a medida for julgada necessária.

§ 3º - Não sendo suficientes as medidas previstas nos parágrafos anteriores, poderá o Presidente suspender ou encerrar a Sessão.

ARTIGO 229 - Se qualquer Vereador cometer, dentro do edifício da Câmara, excesso que deva ser reprimido, a Mesa conhecerá o fato e, em Sessão Secreta, especialmente convocada, o relatará à Câmara, para esta deliberar a respeito.

ARTIGO 230 - Se, no recinto da Câmara, for cometida qualquer infração penal, a Mesa mandará proceder à prisão flagrante, apresentando o infrator à autoridade policial competente, para a lavratura do auto de instauração do processo crime correspondente.

Parágrafo Único - Se não houver flagrante, a Mesa deverá comunicar o fato à autoridade policial competente para a instauração de inquérito.

TITULO XII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

ARTIGO 231 - As deliberações do Presidente da Câmara ou do Plenário interpretando o Regimento, ou a respeito dos casos omissos, serão, obrigatoriamente, anotadas em livro próprio para constituir precedentes, que deverão ser observados.

ARTIGO 232 - A Mesa poderá contratar, mediante autorização do Plenário, os serviços de taquigrafia, organização e publicação de seus anais e a publicação de leis, resoluções, decretos legislativos, despachos e outras matérias de expediente, que devam ser divulgadas.

ARTIGO 233 - Quando este Regimento for omisso, aplicar-se-ão, subsidiariamente, a Lei Orgânica dos Municípios, a Constituição do Estado de São Paulo e a Constituição Federal.

ARTIGO 234 - Ao final de cada Sessão Legislativa, a Mesa fará a consolidação de todas as modificações anotadas em livro próprio, introduzindo-as neste Regimento.

ARTIGO 235 - Fica mantido, na Sessão Legislativa em curso, o número vigente dos membros da Mesa e das Comissões Permanentes todos eles no pleno uso das atribuições que lhes conferia o Regimento anterior.

ARTIGO 236 - Todas as proposições apresentadas em obediência ao Regimento anterior terão tramitação normal de acordo com as disposições do mesmo.

ARTIGO 237 - Este Regimento Interno entrará em vigor na data de sua publicação.

ARTIGO 238 - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Resolução nº 82, de 10 de junho de 1969.

CÂMARA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, AOS 25 DE OUTUBRO DE 1982.

RENATO VARGAS
Presidente

IVO SIGNORINI
1º Secretário

PUBLICADA E REGISTRADA NA SECRETARIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, AOS 25 DE OUTUBRO DE 1982.

GENI DE FATIMA COELHO QUEIROZ
Secretária Administrativa

JOSÉ DE OLIVEIRA PAULA
Chefe de Secretaria